

1
1
2
3
4
5
6
7
8
9
10
11
12
13
14
15
16
17
18
19
20
21
22
23
24
25
26
27
28
29
30
31
32
33
34
2
3



GOVERNO FEDERAL
MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE



41º Câmara Técnica de Controle e Qualidade Ambiental

Brasília/DF, 24 de junho de 2010.

(Transcrição ipso verbis)

Empresa ProixL Estenotipia

4

35O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA) – Bom dia. Nós temos quorum. Vamos
36começar os informes. A ideia é que nós concluamos esses informes até por volta das
3710h. Eu fui informado agora que os nossos colegas da Secretaria de Portos estão para
38chegar. Eles acabaram indo para o lugar errado. Então como esses dois primeiros
39temas do informe, tanto a parte de hidrovias como de regularização portuária seria bom
40que a Secretaria de Portos estivesse aí, eu começaria por essas informações, esses
41informes que o Dr. Marco Neves, Diretor do Departamento de Recursos Hídricos da
42Secretaria de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano vai nos fornecer aqui. Ele nos traz
43essa informação de como esses processos, essas discussões estão se desenvolvendo,
44tanto no âmbito da Secretaria de Recursos Hídricos e no Conselho Nacional de
45Recursos Hídricos e na relação que essas duas temáticas podem ter com o trabalho
46desenvolvido no âmbito do CONAMA. Então, Marco, em torno de uns 10 minutos. Os
47informes são realmente mais para informar e nós poderemos fazer algum esclarecimento
48por parte dos conselheiros ou representantes. Estamos nas nossas questões técnicas,
49mas... Pode sentar e pegar um microfone, que daí eu acho que fica registrado também
50a sua intervenção.

51

52

53O SR. MARCO NEVES (Diretoria de Recursos Hídricos) – Bom dia. Meu nome é
54Marco Neves, da Diretoria de Recursos Hídricos da SRHU, MMA. Primeiro eu queria
55agradecer ao Presidente da Câmara, Volney, por esse convite. O intuito, na realidade, é
56trazer mais como título de informação mesmo algumas questões que estão em
57andamento no Conselho Nacional de Recursos Hídricos que têm certa ou articulação
58ou, em algum momento tangenciaram essa Câmara Técnica e os debates aqui e falar,
59mencionar como é que anda essa dinâmica hoje em dia e se ainda existe, do nosso
60ponto de vista, alguma articulação e alguma dinâmica que poderia ser feita de forma
61conjunta. Eu vou o abordar, na realidade, uma questão mais de cunho assim,
62institucional. O intuito aqui não é entrar tanto no conteúdo, mas mais um informe em
63termos da tramitação dentro do CNRH, de como está essa matéria. São 3 questões, 3
64temas, 3 tópicos, 3 assuntos. O primeiro deles é a Resolução que trata de reuso. Uma
65Resolução que está em tramitação no Conselho Nacional de Recursos Hídricos e nessa
66especificamente nós percebemos, Volney, uma interação forte com essa Câmara
67Técnica no âmbito do CONAMA. A segunda diz respeito às resoluções ou à Resolução
68relacionada com a vazão remanescente. É um segundo tema que está em tramitação
69também no Conselho Nacional de Recursos Hídricos e que em um determinado
70momento teve aí uma dinâmica muito mais aquecida aqui nessa Câmara e depois ela
71chegou e tomou outro rumo. Vou mencionar alguma coisa a respeito. E a terceira não é
72Resolução, não está no Conselho Nacional de Recursos Hídricos, mas estamos
73debatendo, que são as questões referentes a vazão ecológica, vazão ambiental,
74necessidades hídricas de ecossistemas aquáticos. Aí tem várias formas de abordar a
75mesma questão. Essa última, em especial, realmente é mais a título de informação
76mesmo, Volney. Então começando pela primeira, que é a Proposta de Resolução que
77estabelece procedimentos para a prática de reuso direto não-potável de água na
78modalidade agrícola florestal, definida na Resolução 54 do Conselho Nacional de
79Recursos Hídricos. Uma Resolução de 2005. O País tem um Plano Nacional de
80Recursos Hídricos aprovado pelo Conselho Nacional de Recursos Humanos e esse
81Plano prevê na sua programação, no seu enfoque programático, alguns programas e

5

6

82um deles, no 6.2, trata de usos múltiplos e gestão integrada de recursos hídricos. São
83ações relativas à critérios, tecnologias para reuso da água, onde se encaixaria aí essas
84ações referentes ou deliberações ou encaminhamentos dentro do Conselho Nacional
85de Recursos Humanos referentes a essa temática. Ou seja, ele tem um acento, ele tem
86um local, tem um amparo dentro do Plano Nacional de Recursos Hídricos, o tema. Ele
87destaca o desenvolvimento de estudos, esse programa de estudos e pesquisas
88voltados à ampliação da oferta, aproveitamento, reuso da água mais especificamente e
89a definição de algumas metas. Isso aí para localizar a demanda dentro do Plano
90Nacional de recursos hídricos com resoluções deste tipo ou com este conteúdo. Em
91termos da tramitação, a Câmara Técnica de Ciência e Tecnologia, a CTCT, do
92Conselho Nacional de Recursos Hídricos tem como competência, onde esse tema está
93sendo tratado, ela tem como competência propor e analisar mecanismos de fomento a
94estímulo ao desenvolvimento científico e tecnológico em matérias ligadas a recursos
95hídricos. Em 2005 o debate sobre esse conteúdo, sobre reuso na modalidade para fins
96agrícolas, florestais iniciou, ele foi iniciado, esse debate foi iniciado na CTCT em 2005,
97no Conselho Nacional de Recursos Hídricos, sobre essa Resolução em tela. Existiam
98alguns questionamentos. Lá no início, durante o debate, alguns questionamentos foram
99levantados. Um deles: o Conselho Nacional de Recursos Hídricos tem competência
100para estabelecer parâmetros relacionados a reuso da água? Existe um instrumento da
101política de recursos hídricos ou na política ambiental ou conjunta que inclua reuso de
102água e seus parâmetros? Alguns questionamentos foram levantados durante o
103processo. Devem ser utilizados os mesmos parâmetros de reuso para fins agrícolas e
104florestais? Enfim, questionamentos da dinâmica de debate do processo. Lá no art. 8º...
105E assim, outro questionamento: as empresas têm interesse em disponibilizar água de
106reuso para irrigação? Alguns temas que foram levantados, foram sendo discutidos
107durante o debate desde 2005. Existe competitividade para que as empresas de
108fertilizantes químicos entrem nesse tema do reuso? Porque na realidade o reuso para
109fins agrícolas, florestais, como esses efluentes de reuso podem ter uma carga
110importante de potássio, de fósforo, que são nutrientes importantes para a agricultura,
111isso, num determinado momento, pareceu que poderia diminuir um pouco do mercado
112de fertilizantes, mas foram temas que foram sendo superados. O art. 8º da Resolução
113trata de concentrações máximas recomendadas de elementos e substâncias químicas
114no solo, utilizando como referência uma Resolução do CONAMA, a 420 e aí os
115questionamentos, um daqueles lá, quanto à competência do Conselho Nacional de
116Recursos Hídricos foi dirimido. A Resolução 420, no art. 8º, a Resolução do CONAMA
117trata das concentrações de máximas recomendadas de elementos e substâncias
118químicas no solo. Ele diz especificamente o seguinte, lá no art. 8º: As concentrações
119recomendadas para todos os tipos de reuso para fins agrícolas e florestais são os
120valores de prevenção que constam da Resolução CONAMA 420. É uma Resolução
121recente, de dezembro de 2009. Então pacificou esse tema. Tem uma Resolução que
122trata desses valores, a Resolução de reuso do Conselho Nacional de Recursos Hídricos
123então recepciona, obviamente, esses valores, e fala: para reuso para esses fins, os
124parâmetros são aqueles da Resolução 420. Pacificou o tema. Quais são as próximas
125etapas com referência a essa Resolução que está em tramitação no Conselho
126Nacional? É adequação e conclusão de proposta de resolução para modalidade
127agrícola e florestal, o fechamento da Resolução, eventualmente a reativação do GT
128Reuso. Houve, durante um momento, um GT Reuso com uma ampla participação e ele

129deixou de reunir, não teve mais reuniões desse GT e para as próximas etapas julgamos
130que seria relevante, interessante. Uma questão que estava travando assim, se eu
131posso usar essa palavra, muito o andar, a dinâmica da Resolução de Reuso para Fins
132Agrícolas e Florestais era a falta dos parâmetros, que foram estabelecidos pela
133CONAMA 420. Esses tipos de solução que, para as próximas resoluções referentes a
134reuso que estão sendo pensadas no âmbito do Conselho Nacional de Recursos
135Hídricos, que nós entendemos que seria o ponto de articulação CNRH-CONAMA,
136resolvendo esse tipo de questão e possibilitando também uma dinâmica mais rápida
137dentro do GT. Existem outras resoluções que estão aí priorizadas, com início de
138discussão com representantes da SMCQA e do CONAMA para outras modalidades.
139Aquela era agrícola e florestal, mas o que tem aí, o que se tem na fila em termos de
140reuso? Reuso urbano, industrial, ambiental, aquícola, que o GT poderia então avançar
141nessas resoluções. Entendemos, nesse caso específico, uma forte relação com o
142CONAMA. Vou passar já para a segunda. Sobre vazão mínima remanescente, essa eu
143creio que já é da memória dessa Câmara Técnica. Tivemos, tanto na 28^a, 29^a e a 30^a
144reunião dessa Câmara Técnica trataram desse assunto. Já vou passar direto. Ela trata
145de vazão mínima remanescente. Tem um histórico que vocês bem conhecem, o
146histórico da tramitação. O fato de em um determinado momento, institucionalmente, que
147a abordagem sobre eventualmente a vazão ambiental ou vazão ecológica estar dentro
148dessa Resolução, causou uma necessidade de dirimir algumas dúvidas. Então o que se
149optou, na época? A proposição veio para cá, para essa Câmara Técnica e um
150determinado momento, que eu queria colocar já lá no final da Resolução, porque eu
151não vou trazer aqui questões que já foram... Estão na memória de vocês. Vou deixar
152também essas apresentações aí e também tem notas técnicas à respeito que eu posso
153deixar para os senhores, para as senhoras. No âmbito da Câmara Técnica do Conselho
154Nacional de Recursos Hídricos, da CTPOA, a vazão mínima remanescente, ou seja,
155optou-se, a Câmara optou por não tratar dentro do âmbito dessa Resolução, de vazão
156ecológica, nem vazão ambiental. Focou em vazão mínima remanescente, então
157destravando aquela necessidade de definição de vazão ecológica, vazão ambiental e
158tocando a Resolução com enfoque em vazão mínima remanescente. Eu diria que essa
159foi, talvez depois da 30^a reunião aqui dessa Câmara Técnica, a novidade em relação à
160dinâmica de tratamento dessa Resolução aqui e ficou definido lá na Proposta de
161Resolução como vazão mínima remanescente a menor vazão a ser mantida no curso
162de água, inserção de controle, visando atendimento de usos múltiplos de recursos
163hídricos. Entendemos então que isso é tratado lá dentro do Conselho Nacional de
164Recursos Hídricos e com a retirada da questão de vazão ambiental daqui de dentro,
165entendemos, Volney, que pacificou o tema. A Resolução está em tramitação lá no
166Conselho Nacional de Recursos Hídricos e em fase... Está na sua versão 14^a e em fase
167aí de encaminhamento já. E a última, que não é uma Resolução, é mais um informe
168sobre o andamento do tratamento da questão de vazão ecológica e vazão ambiental,
169esse tema não entrou no Conselho Nacional de Recursos Hídricos. Nós estamos, na
170realidade, angariando elementos para fazer uma proposição e aí sim, aí talvez as
171tratativas envolvam... Certamente envolverão um âmbito mais amplo dentro do
172Ministério do Meio Ambiente e em determinado momento, que não sabemos com
173precisão qual seria a dinâmica do processo revelará isso, seria trazido para o âmbito
174dos conselhos, mas entendemos que ainda falta um amadurecimento quanto à questão
175da vazão ecológica. O que tem sido feito, o que tem sido dinamizado é o debate sobre

13

176 vazão ecológica. Foram realizadas diversas oficinas. Uma última oficina de fechamento
177 do debate inicial vai acontecer em outubro aqui em Brasília ainda sobre esse tema,
178 tratando não só de vazão ecológica, como também de ecorregiões aquáticas. Está em
179 tramitação. Está acontecendo e ainda não entrou formalmente dentro do Conselho
180 Nacional de Recursos Hídricos. Obrigado.

181

182

183 **O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA)** – Obrigado, Marco. Então como disse, o
184 objetivo é trazer essas notícias do que está acontecendo no âmbito do Conselho
185 Nacional de Recursos Hídricos e também da própria Secretaria do Ministério.
186 Comentários, Dra. Patrícia.

187

188

189 **A SR^a. PATRÍCIA HELENA GAMBOGI BOSON (CNT)** – Bom dia a todos. Eu só queria
190 deixar aqui um posicionamento do setor indústria, usuário a respeito desse processo.
191 Primeiro que nós entendemos, sob o ponto de vista da gestão de recursos hídricos,
192 reuso só caberia regulamentação de reuso para incentivar o reuso, porque sobre o
193 ponto de vista de recursos hídricos, o reuso significa você evitar de captar água nova.
194 Então é mais disponibilidade hídrica em todo o sistema e na bacia. Há muito que nós
195 estamos batendo, o tempo todo. O setor, os usuários pedem vista e tentam convencer
196 todo o colegiado do Conselho Nacional de Recursos Hídricos que não cabe uma
197 regulamentação no âmbito da gestão de recursos hídricos, a não ser a de incentivo.
198 Esse é um ponto. Agora, ninguém é louco de achar que você pode fazer reuso sem
199 padrões de qualidade. É claro que, se eu pego uma água e vou ofertar para outro
200 processo, eu preciso de padrões de qualidade, que também ninguém duvida que a
201 competência é do CONAMA. Então para que você faça o reuso, você tem que obedecer
202 os padrões de qualidade definidos por este Conselho. Então essa é uma discussão que
203 está lá dentro, que nós ficamos esperneando, digamos assim, para que retome nesse
204 processo mais lógico do processo. Chegava-se ao ponto das pessoas quererem fazer a
205 outorga, por exemplo, do meu tanque. Meu tanque é reciclado. Eu mando para a
206 cozinha e teria que ter outorga. Você pensa bem o ponto que a imaginação vai. Então,
207 quer dizer, nós continuamos, e o Marco sabe disso, batendo nessa tecla: reuso dentro
208 do Conselho Nacional de Recursos Hídricos, é para incentivar, mecanismo de incentivo.
209 No CONAMA, mecanismos de controle para que você não fique aí entregando água
210 fora dos padrões, com riscos à saúde e etc. Esse é um ponto. A vazão ecológica e a
211 vazão remanescente também passa pelo mesmo desconforto. Quando um Governo de
212 Minas Gerais diz que a vazão de referência para ele dar outorga é 30% de Q710, ele
213 está definindo ambos, porque 70% de Q710, o que ele vai deixar como remanescente é
214 70% de Q710. Acabou, está definido. Não há Resolução do Conselho que vá modificar.
215 É o Q710. 70% do Q710. É bom para todos? Não. São Paulo acha que é 95% da
216 média, Bahia acha... Minas é o Estado mais restritivo sob o ponto de vista ecológico,
217 até porque a nossa lei não diz que a prioridade de uso é só para abastecimento, (...),
218 como a nova Matriz 3 diz. A lei de Minas diz que abastecimento, (...) e manutenção da
219 vazão das vidas aquáticas. Então nós temos que ser mais restritivos. Então fica uma
220 discussão também que para nós não está tendo... Nós não sabemos. Agora, onde
221 começou tudo isso e aí a Resolução... Por isso que... Começou por causa das pressões
222 ambientais para não se ter reservatórios de grande volume para hidrelétrica e com isso

14

15

16

223os arranjos hidrelétricos dominantes foram os tais que você faz o desvio do rio, confina
224para jogar na turbina e com isso você criou uma coisa chamada Trecho de Razão
225Reduzida nos ambientes hidroelétricos. Então, quer dizer, caberia uma regulamentação
226via Conselho Nacional de Recursos Hídricos associado à padrões estabelecidos pelo
227CONAMA para isso, especificamente isso: o que seria aceitável para trecho de vazão
228reduzida em arranjos hidroelétricos. Ponto. Porque os outros, a discussão é inválida,
229porque se eu tenho rios de domínio dos estados e no estado, onde o estado é que é
230responsável pela gestão daquele bem e ele define que é Q710, é Q710. Não tem outra
231coisa a fazer. Então, quer dizer, nós temos que ter um cuidado no sentido do seguinte,
232com toda essa falação: era para o CONAMA entrar no processo depois que tiver
233resolvido o processo no Conselho Nacional de Recursos Hídricos e não está. Não está.
234O setor usuário fica sempre esperneando, mas não está resolvido. Então nós temos
235que entrar e com todos esses cuidados. Às vezes você vai complicar um problema que
236o problema ainda não está... Não é nem problema no nosso entendimento. O que
237houve é uma confusão de tramitação em relação ao processo. Era isso.

238

239

240**O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA)** – Obrigado, Patrícia. Os senhores têm mais
241algum comentário? Marco, gostaria de fazer algum comentário final?

242

243

244**O SR. MARCO NEVES (Diretoria de Recursos Hídricos)** – Eu acho que esse tema é
245um tema que nós entendemos ser específico lá do Conselho Nacional e foi criado
246inclusive... O tema que Patrícia traz aqui quanto ao trecho de vazão reduzida é o tema
247mais polêmico, que está dando mais discussão. Foi criado até um GT no âmbito da
248CTPOA que está tratando esse tema, coordenado pela Marta Sugai e justamente por
249causa da necessidade ainda de esclarecimento, de adensamento de informação com
250referência a esse tema do trecho de vazão reduzida.

251

252

253**O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA)** – Obrigado, Marco. Acho que a Câmara
254está à disposição aí para futuras oportunidades de trazer também outros informes e
255temos interesse em acompanhar essa discussão. Então já passo, de pronto, convido o
256Dr. Antônio Maurício, Diretor da Secretaria Especial de Portos para nos trazer aí
257algumas novidades, informações em relação às atividades da Secretaria de Portos.
258Desde que a Secretaria de Portos foi criada, o Antônio tem coordenado o departamento
259que desenvolve uma série de ações no sentido de trabalhar a questão ambiental dentro
260dos portos. Então a ideia hoje de convidá-lo é justamente para que nos informe um
261pouco sobre esse processo que está se estruturando no âmbito da Secretaria de Portos
262do Governo Federal e se puder também, trazer algumas informações sobre aquele
263convênio relacionado, que a Secretaria de Portos está coordenando em relação à COP,
264eu acho, sobre os parâmetros de sedimento, aquela sistematização de parâmetros e
265sedimentos, até porque depois nós vamos discutir a questão de dragagem. Vai ser um
266dos pontos de pauta. Dr. Antônio Maurício, obrigado por termo vindo. Eu queria
267agradecer muito. Passo a palavra.

268

269

17

18

270 O SR. ANTÔNIO MAURÍCIO (Secretaria de Portos) – Eu queria cumprimentar todos e
271 todas. Muitos velhos amigos aqui nessa mesa. Agradecer ao Volney a oportunidade de
272 nós conhecermos o trabalho do Colegiado, que eu já conheço faz algum tempo de
273 notícia, mas é a primeira vez que estou vindo aqui. Obviamente que eu vim aqui só dar
274 uma notícia. Não vou fazer uma palestra e nem nada. Eu tenho 5 minutos para contar
275 um pouco de uma história, mas é uma história que me dá muito prazer. É uma história
276 que nós começamos, diria, do zero, dentro de uma visão um pouco não portuária só,
277 mas uma visão um pouco... Ela me conhece há 500 anos, sabe que eu venho da área
278 urbana, mas uma visão um pouco mais holística da questão do tratamento da questão
279 portuária, dentro de uma ótica de revitalização e modernização portuária. Nós
280 chegamos lá, a SEP foi criada... A Secretaria Especial de Portos, agora Secretaria de
281 Portos – Ministério foi criada em setembro de 2007 por uma lei federal e nos foi dada a
282 missão de trabalhar com a questão da revitalização e modernização portuária. Eu já
283 tinha estudado um pouco antes no Ministério dos Transportes, um ano, um ano e meio,
284 a situação geral do porto, porque eu trabalhei com a questão da pandemia, das
285 questões pandêmicas e o porto, como fronteira, nós tivemos como objeto de uma ação
286 uma ação pandêmica. Eu tinha uma leitura já dos portos, que são diferentes todos eles,
287 um pouco mais abrangente. Uma visão muito urbana também, que eu fui perdendo um
288 pouco, mas não fui esquecendo, que nos deu para chegar na Secretaria e na Diretoria
289 de Revitalização e Modernização Portuária e perceber que nós teríamos que achar um
290 objeto para modernizar, quer dizer, nós não tínhamos um objeto a modernizar. Primeiro
291 porque o porto, com 20 anos sem política pública portuária e investimento, era um porto
292 que tinha uma operacionalidade regional com efeito nacional, mas aquelas
293 preocupações de política pública que deveriam estar aderidas à atividade portuária
294 tinham sido esquecidas, não por má vontade de ninguém. É que política pública é
295 sempre muito verticalizada. Se você não tem um *input* federal e se você não tem... Os
296 regramentos (...) pela metade. Então nós encontramos situações meio complexas e a
297 minha Diretoria é composta de dois pedaços: o de revitalização e relação
298 interinstitucionais e de programas e projetos ambientais, que na verdade é o mesmo
299 problema. Esse problema é matricialmente tratado porque nos tratamos tudo dentro do
300 aspecto ambiental e um termo que eu não gosto de usar, que está desgastado, a tal da
301 sustentabilidade. Está um pouco desgastado, mas nós temos que praticá-la, porque é
302 fantástica. Essa leitura inicial de que faltava o objeto sobre essa ótica ambiental e
303 dentro dessa ótica ambiental sobre esses dois viés, tanto da revitalização portuária
304 como da questão ambiental, estava traduzida em vários setores: o porto tinha a sua
305 poligonal mal definida, às vezes por uma paralela que se encontra no infinito, quer
306 dizer, uma poligonal para definir um porto que é paralela, obviamente que não podia
307 servir para absolutamente nada. Tinha problema de titularidade, tinha problema de
308 PDZ, Plano Diretor de Zoneamento do Porto, que não combinava com as restrições
309 ambientais de uso, de titularidade, uma série de coisas e alarmantemente, tinha gente
310 morando em situação de risco dentro de área portuária, porque é uma área de
311 segurança nacional, é uma área complexa. Tinha alguns estabelecimentos não
312 portuários convivendo com atividade portuária como motel, estacionamento, coisas do
313 gênero um pouco complexas, que foram, aos poucos, pela falta da política clara, foram
314 se consolidando dentro da área portuária. Vimos um problema complexo, mas já
315 tínhamos tido uma primeira entrada com a questão da pandemia e achamos que a
316 estratégia de tratar a questão de Estado com uma questão organizadora do espaço e

317dos procedimentos era uma questão boa. Retomamos a questão da saúde portuária
318como um carro-chefe para estruturar nossa ação. Fizemos um planejamento
319estratégico... Nós começamos com um planejamento estratégico nessas bases que eu
320estou colocando aqui, usamos o planejamento estratégico situacional, que para a
321situação, para o prazo que nós tínhamos, para a governabilidade era o mais fácil de
322fazer e mais correto. Elencamos uma série de problemas críticos a serem atacados no
323primeiro momento e os associamos a uma série de ações programáticas. Eu não vou
324detalhar, porque eu passei do tempo que o Volney me deu, mas esses problemas
325críticos estão relativos à questão do conceito, firmar o conceito do porto como fronteira.
326Ele é uma fronteira, portanto, como fronteira, ele tem todos os tratamentos que
327qualquer fronteira tem que ter. Ele não pode ter nenhum risco de levar nenhum agente
328vetor, agentes exógenos, qualquer desgraça do porto para fora, não pode as pessoas
329que trabalham nele serem submetidas a esses vetores, as condições de trabalho têm
330que ser absolutamente propícias, a questão dos resíduos é complexa, quer dizer, eu
331estou dizendo aqui dessa governabilidade, fora outros que nós temos aí e eu podia ficar
332uma hora contando os detalhes. Mas resíduos: complexo demais. Então nós tratamos
333resíduo primeiro dentro de um protocolo federal de proteção pandêmica e agora como
334uma ação programática de resíduos sólidos e efluente líquidos... Efluentes líquidos
335também, a relação porto-cidade, que é um dos objetos da minha Diretoria, com relação
336a efluentes líquidos é terrível, tanto na cidade como em cima do porto, quanto o porto
337em cima da cidade. Estabelecemos um programa. O programa é muito forte do ponto
338de vista normativo e do ponto de vista financeiro e acho e eu queria fazer um resumo
339antes de entrar no que o Volney pediu, uma coisa que nós conseguimos, que acho que
340foi uma vitória, foi exarar uma Portaria, Portaria 104, que cria a gestão ambiental
341portuária. Gestão ambiental portuária como obrigatória dentro das estruturas portuárias,
342ligada à presidência do porto, onde ele devia estar, porque na verdade todas essas
343ações têm que ser filtradas, têm que ser ... desses conceitos. Essa gestão ambiental
344portuária tem como funções a questão do meio ambiente ampliado. Ela tem que ter um
345nicho de saúde muito claro, muito forte, com regras interessantes, que vai trabalhar
346desde a saúde do trabalhador portuário do ponto de vista admissional, aquela coisa
347mais tradicional do Ministério do Trabalho, mas trabalhar a saúde de forma mais
348holística, vendo a questão do vetor, diminuindo a fauna cinantrópica nociva, condição
349de trabalho, entre outros. A questão da segurança ambiental, que são todas aquelas
350regras que nós conhecemos e meio ambiente no *lato sensu*, no senso mais amplo, que
351pega toda a questão de licenciamento, a questão... Bom, não vou contar detalhes. E
352também para materializar regras mais fortes com relação à questões fulcrais. Uma
353delas: Resíduos. Para citar o que o Volney está colocando. Tivemos problemas... O
354porto, dentro do planejamento global da Secretaria, não da minha Diretoria, identificou
355como gargalos básicos: o acesso marítimo e o acesso terrestre. Criamos o Plano
356Nacional de Dragagem Portuária. Portanto, tivemos que licenciar dragagens e usar 344.
357Deparamos com um banco de dados que na verdade, em Belém, o banco de dados é
358surrealista. Nada daquilo acontece em Belém. Então, nesse plano de dragagem, muito
359apoio do Volney, que nós discutimos muito isso, nós contratamos a COOPTEC. Ainda
360estamos terminando esse trabalho em dezembro, de um Banco Nacional de Resíduos
361de Dragagem. Quer dizer, nós vamos ter um banco nacional dessas 18 dragagens que
362nós temos, que vai dar características do sedimento que você encontra nas bacias, nos
363portos brasileiros, enfim, para que você tenha um pouco mais de agilidade e um pouco

364 mais de segurança quando se lidar com as próximas dragagens. Esse banco está
365 sendo feito pela SEP com a COOPTEC, mas esse banco vai ser oferecido... Ele não vai
366 ser nosso. Ele vai ser oferecido para o Ministério do Meio Ambiente e para o IBAMA. O
367 banco ser deles e nós vamos mantê-lo. Essa é uma novidade, tem um ano e tem mais
368 algumas novidades que posso dar as notícias, mas a ideia seria falar bastante. Outra
369 questão complexa que eu já falei, a questão dos resíduos sólidos e efluentes líquidos.
370 Nós tacamos no PAC-2 um valor interessante para que inclusive nós possamos
371 enfrentar verdadeiramente essa questão. Estamos fazendo um trabalho prévio também,
372 outra questão que nós fazemos questão de trabalhar, gostamos de trabalhar com
373 diversidade federal como âncora, com o compromisso de gerar conhecimento, quer
374 dizer, nós podemos contratar as consultoras, fazer licitação que for mais simples, ter
375 um gerenciamento de uma Universidade Federal que é mais fácil pra nós contratarmos,
376 e o compromisso é sempre, para cada uma dessas múltiplas ações, que é mais ou
377 menos umas 15 ações ambientais novas, tem a universidade gerando conhecimento,
378 com obrigação de gerar bolsa, com obrigação de ir à fundo com esse assunto.
379 Obviamente que não eliminando o mercado de consultoria nem nada, porque também
380 tem o compromisso deles contratarem, no mínimo, 30%. Volney, eu teria muito para
381 falar, mas acho que dei um recadinho inicial e estou aberto a qualquer consideração.

382

383

384 **SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA)** – Eu queria parabenizar a Secretaria de
385 Portos. É Ministério agora já, ou...

386

387

388 **SR. ANTÔNIO MAURÍCIO (Secretaria de Portos)** – É Secretaria de Portos, mas
389 com *status* de Ministério, porque ela virou Ministério, só que ainda não saiu a Medida
390 Provisória. Aliás, saiu a Medida Provisória. Não foi votada.

391

392

393 **SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA)** – Então que está desenvolvendo esse
394 trabalho extremamente complexo, que é a própria questão da estrutura portuária já é
395 uma estrutura complexa tradicionalmente e esse trabalho que o Ministério, a Secretaria
396 de Portos está desenvolvendo coordenado pelo Dr. Maurício no sentido de desenvolver
397 essa dimensão ambiental e organizá-la no âmbito da gestão portuária.

398

399

400 **SR^a. PATRÍCIA HELENA GAMBONI BOSON (CNT)** – Bom dia, Antônio Maurício.
401 Meu nome é Patrícia Boson. Eu sou representante da CNT aqui nessa Câmara. Eu,
402 primeiramente, quero manifestar nossa alegria de ver essa Secretaria de Portos, a
403 atuação dela. Acho que portos é uma coisa que o Brasil não pode se orgulhar muito e a
404 melhor maneira de resolver o problema é encarar essa verdade de frente para tentar
405 ver se nós resolvemos esse problema portuário que há séculos vem nos incomodando
406 muito como empreendedores da área e como empreendedores, como a CNI, que
407 precisam dos portos e a CNA para escoamento de suas produções. Então,
408 primeiramente o que eu gostaria de fazer, Dr. Antônio Maurício, é um convite. Perguntar
409 se seria possível o senhor apresentar, fazer uma apresentação com calma, com tempo

28

410lá na CNT para nós e de antemão eu já convido a CNI e CNA também para participar
411desse nosso encontro lá e depois nós trocamos cartões para nós marcarmos uma data.

412

413

414**O SR. ANTÔNIO MAURÍCIO (Secretaria de Portos)** – Eu queria colocar que nós
415temos o orgulho como meta.

416

417

418**A SR^a. PATRÍCIA HELENA GAMBONI BOSON (CNT)** – Ótimo. Isso é bom. Isso é
419muito bom. Outra coisa que eu queria perguntar diz respeito ao cronograma de vocês e
420a um cronograma que está andando pela ansiedade da própria sociedade em ter
421regulamentada algumas coisas e um deles é que nós já estamos, aqui dentro do
422CONAMA, fazendo uma revisão da Resolução CONAMA número 5, que trata de, entre
423outros resíduos, dos resíduos portuários. Então era importante nós estarmos com esses
424cronogramas alinhados e de antemão também já digo que nos dias 8 e 9, lá na CNT,
425vai ter uma reunião do GT que foi formado no âmbito da Câmara de Saúde para poder
426discutir essa questão da Resolução número 5 e a nossa ideia foi fazer primeiro um
427seminário com a participação de todos: aeroportuários, rodoviários e tudo mais para
428nós podermos nivelar o conhecimento. Então eu acho que a Secretaria já deve estar
429sabendo, porque a participação dela será muito importante lá nos dias 8 e 9. E outro
430ponto é esse, da dragagem também, que foi identificado. Ao querer atualizar aquela
431tabela, que é o resultado da COOPTEC, o GT identificou alguns outros pontos que
432precisam ser atualizados, melhorados modernizados e até tratados, porque estavam
433ausentes. Então o CONAMA até aprovou um GT e não seria interessante que nós
434andássemos para um lado e o estudo para o outro. Nós temos que convergir essa
435agenda. Então eu perguntaria sobre essa convergência de agendas do CONAMA com
436o próprio Plano Nacional de Regularização Ambiental Portuária.

437

438

439**O SR. ANTÔNIO MAURÍCIO (Secretaria de Portos)** – Eu sou um extrato de
440convergência. Não digo nada que não convirja. Eu vou até o extremo para chegar no...
441Obviamente que nós não vamos desenhar esse programa, que nós estamos na fase de
442desenhá-lo, divorciá-lo desse grupo, desse debate que está se estabelecendo, do qual
443nós queremos participar. Mas nós estamos na fase de delineamento. Nós estamos
444conhecendo a desgraça, o problema. Qual é o problema. Então nós estamos
445trabalhando em paralelo com as outras ações do ponto de vista que são ações que não
446são específicas, mas nós estamos tirando delas alguns dados primários, na verdade,
447para fazer um primeiro delineamento desse programa que seria para começar em
448março do ano que vem, mas aí obviamente no mínimo no delineamento, nós vamos
449começar a discutir para ver como é que nós vamos fazer essa interação com a norma
450ou obviamente nós vamos seguir a norma toda e vamos querer participar da discussão
451dela, mas absolutamente a convergência é fundamental e estamos abertos a isso.

452

453

454**O SR. SOLON MAURO SALES FAGUNDES (FURPA)** – Bom dia. Minha satisfação é a
455mesma da Conselheira Patrícia com relação ao Governo se empenhar em ter mais uma
456visão holística do problema dessa questão e principalmente essa questão da gestão

29

30

457ambiental portuária. Agora eu vi que ela é bem mais ampla: envolve segurança, saúde,
458além do meio ambiente. A nossa preocupação realmente é a continuidade dos
459trabalhos. Concordo plenamente que tem que haver uma agenda. Agora, o que não
460pode, o que eu estou percebendo aí, é os trabalhos do CONAMA esperarem por isso.
461Talvez até o levantamento, que não é da SEP, mas é o serviço contratado junto à
462COOP. Tudo bem, será um grande subsídio para esse trabalho do GT, que com certeza
463vai se juntar futuramente... Agora, o GT já está com a publicação desde fevereiro
464demandada pela Câmara Técnica, e essa Câmara Técnica precisa honrar o
465compromisso assumido aqui de continuar os trabalhos. Não se pode desperdiçar. Já foi
466gasto aí considerável dinheiro público com relação às reuniões, então o trabalho que foi
467realizado anteriormente tem que se trazer e claro que novas ideias, novas visões além
468da própria área serão bem-vindas e com certeza vão agregar valor a esse produto.
469Então eu acho que isso já foi na reunião da Câmara Técnica de novembro debatida, na
47039ª, se não me engano, que esse trabalho não seria um pré-requisito para os trabalhos
471do GT, mas sim um evento paralelo que traria uma grande contribuição para o GT. Se
472hoje há alguma... E o GT está composto pela área acadêmica, sociedade civil, se hoje
473alguém julgar que essas forças estão ainda desequilibradas, ele está aberto à
474participação de todos. Eu gostaria de uma definição nesse sentido, que essa Câmara
475trate esse assunto hoje e defina por todo o início do Trabalho do GT. Obrigado.

476

477

478**O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA)** – Só para esclarecer que nós temos um
479ponto de pauta que vai tratar dessa questão. Isso não é objeto desse informe. Só para
480nós... Porque senão nós não vamos entrar depois na questão do fósforo.

481

482

483**A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO (MMA)** – Sou Diretora de Qualidade Ambiental
484na Indústria Substituta. Eu queria Estender o convite. Eu tomei a palavra para dizer que
485foi a Gerência que eu coordeno que pediu a revisão da Resolução 05 por entender que
486ela já merecia ser revista muito em função das mudanças que as demandas que vêm
487crescendo para o setor portuário e aeroportuário. Vai ser um prazer trabalharmos juntos
488nesse Grupo de Trabalho, Coordenado pelo Ministério da Saúde no âmbito da Câmara
489Técnica de Saúde, Saneamento Ambiental e Gestão de Resíduos e dizer que é
490interessante, Volney, como o CONAMA consegue reunir, através das suas Câmaras
491Técnicas, um trabalho tão interessante na parte de integração de políticas públicas. Eu
492acho que isso... Porque no fim das contas nós estamos contribuindo para melhorar
493política pública em vários setores que não aqueles explicitamente ambientais como nós
494imaginamos e isso é o desenvolvimento economicamente sustentável. Então eu acho
495que o nosso trabalho vai ser muito profícuo no Grupo de Trabalho. Eu já conversei com
496ele, troquei várias ideias e a nossa Gerência vai acompanhar esses trabalhos com os
497técnicos que dispõe para acompanhar o assunto. Fiquei feliz de saber também que o
498setor produtivo também vê com esse mesmo empenho o acompanhamento desses
499trabalhos e parabenizar à SEP pelo trabalho que vem realizando nessa área. Obrigada,
500Volney.

501

502

34

503 **O SR. JOÃO CARLOS DE PETRIBU DE CARLI FILHO (CNA)** – Bom dia a todos.
504 Primeiro, Dr. Antônio, obrigado pelos esclarecimentos prestados aqui nessa Câmara
505 Técnica. Patrícia, obrigado pelo convite. A CNA vai participar. Eu gostaria de fazer um
506 pedido ao Dr. Antônio sobre esses dois documentos que o senhor apresentou: um
507 Plano Nacional de Regularização Ambiental Portuária e o Plano Nacional de Dragagem
508 Portuária, se existe algum documento, existe algum boneco de documento que nós
509 possamos dar uma analisada, se pudesse disponibilizar isso à Câmara Técnica, esses
510 dois conjuntos...

511

512

513 **O SR. ANTÔNIO MAURÍCIO (Secretaria de Portos)** – Olha, o Plano Nacional de
514 Dragagem eu posso dar praticamente não só os documentos de referência, tudo que foi
515 de origem, como também o resultado, porque nós estamos com 18 dragagens em
516 andamento e com monitoramento ambiental, eu diria que é mais que xiita. Nós estamos
517 exagerando no monitoramento ambiental por vários fatores, que não dá para eu falar
518 aqui agora, mas que eles trazem subprodutos interessantes do ponto de vista que a
519 Zilda colocou, a questão da visão um pouco não integrada, mas amalgamar a política
520 pública por uma só, ela não tem duas. Então nós dividimos para podermos trabalhar.
521 Então o Plano Nacional de Dragagem produz tanto insumo para as outras áreas que
522 nós até exageramos nos programas ambientais, uma porção de outras coisas para
523 poder ter esses resultados. O Plano Nacional de Regularização Ambiental Portuária,
524 que aqui estão presentes com o Dr. Volney, é uma parceria nossa com o Ministério do
525 Meio Ambiente, que nós estamos construindo. Nós estamos construindo ela, vamos
526 dizer, com uma mancha no máximo, porque nós temos recurso para esse ano e você
527 sabe que passou o exercício, o recurso... *Bye bye* recurso. É um ano muito complicado,
528 com mudança de governo, de eleição. Então nós estamos trabalhando com um pouco
529 mais de celeridade e estamos formatando esse documento ainda. Eu tenho a
530 impressão que dia 28 nós fechamos, não é, Volney? Nós estamos discutindo, mas acho
531 que até o dia 28 nós temos mais uma reunião. Eu acredito que obviamente que não é
532 uma coisa simples, porque nós estamos transformando de 37 portos, nós temos 4 que
533 têm regularização ambiental portuária. Então nós temos os outros 33, são camelôs.
534 Nada contra a profissão de camelô, mas nós não podemos que um instrumento, um
535 próprio da União responsável por... Com tanta importância não tenha uma
536 regularização ambiental. Então o Plano é uma idéia que não é nova. (...) isso, mas ele é
537 uma ideia de fazer uma regularização por adesão através de um Decreto e com termos
538 de referência muito específicos para que sejam cumpridos 720 vias e nesse período, os
539 portos que aderirem ao programa já aufeririam algumas vantagens da regularização
540 operacional: dragagem de manutenção... Uma porção de coisinhas que são coisas...
541 Cai um píer, o cara tem que fazer... Se ele não tiver regularização, ele tem que fazer
542 licenciamento complexo. Então não é também afrouxar nada. Pelo contrário, ele está
543 muito bem amarradinho e a parceria é total. Nós viemos aqui apresentar para a
544 Ministra, tivemos muito boa acolhida. Na verdade nós estamos trabalhando para
545 melhorar. Quando tiver um documento, eu acho que o Volney não tem problema
546 nenhum de nós passarmos.

547

548

35

36

37

549**O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA)** – Eu vou ter que terminar esse ponto,
550porque nós temos uma agenda enorme. A ideia é dar um informe a ideia é que
551justamente todo mundo continue conversando depois da reunião, porque o que eu
552estou preocupado é que eu tenho um problema de tempo. Ainda tem mais um ponto de
553pauta e eu queria só fazer esse registro, quer dizer, que é importantíssimo esse papel
554da Secretaria de Portos chamando essa responsabilidade para ela, vindo a discutir
555alternativas com a área ambiental, porque às vezes nós temos a solução, mas não
556olhamos para o problema e essa questão da regularização de portos tem uma
557especificidade que tem que ser tratada dentro dessa especificidade. Então eu vejo
558muitas questões que fariam parte de uma licença de operação, manutenção e
559conservação que são tratadas hoje como licenças específicas e isso é caótico, tanto
560para o setor ambiental, como para o setor de portos. Então eu acho que essa visão de
561coordenação da política e o nosso papel aqui de elaborar normas técnicas, sabendo
562para onde vai política, aumenta a eficiência do Estado Brasileiro, aumenta a eficiência
563das nossas ações de governo. Eu achei muito importante trazer hoje a SEP. Quando
564nós fomos comunicados no mês passado desse processo que estava se
565desenvolvendo e que vinha agora dentro dessa perspectiva de regularização dos
566portos, e que o Ministério está hoje já discutindo e aprofundando não só o aspecto
567normativo, mas a própria estratégia.

568

569

570**O SR. JOÃO CARLOS DE PETRIBU DE CARLI FILHO (CNA)** – Seria uma coisa
571parecida com o Programa Mais Ambiente?

572

573

574**O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA)** – Não seria na amplitude do Mais
575Ambiente, até porque vai ser muito mais focado em facilitar o processo normativo no
576início, quer dizer, organizar esse processo. Porque como às vezes nós ficamos até
577naquela esquizofrenia: o porto é um porto? é um condomínio? Quem gerencia esse
578condomínio? Como é a questão... Muitas vezes não está regularizado. Fica naquele...
579O conceito do Mais Ambiente é interessante, porque muitas vezes o fato de você
580desenvolver a sua atividade fica atrelada a um passivo e aquilo impede que você
581resolva o problema. Então também é um pouco esse conceito que nós estamos
582trabalhando aqui. Uma boa parte deve ser via Decreto.

583

584

585**O SR. SOLON MAURO SALES FAGUNDES (FURPA)** – Só para finalizar, uma
586pergunta ao nosso visitante, com relação, pelo que o senhor falou da segunda vez,
587ficou que esses dados que serão importantes segundo já foi colocado para os trabalhos
588do próprio GT subsidiar, ele já tem alguns disponíveis? Isso ficou bem claro. E se não
589tem, qual é o horizonte de ter esses dados completos?

590

591

592**O SR. ANTÔNIO MAURÍCIO (Secretaria de Portos)** – Eu ia te dar essa resposta. Eu
593fiquei incomodado que eu esqueci um dos papéis que tem esse cronograma, mas vou
594pegar o seu e-mail e vou te mandar exatamente isso. Eu só errei o prédio, fui lá para
595Esplanada e esqueci o fundamental, que era o relato.

38

39

40

596

597

598 **O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA)** – Só pediria, Dr, Antônio Maurício, antes de
599 agradecer e encerrar, que pudesse nos enviar os documentos que o senhor falou,
600 sobre o Plano de Dragagem que nós podemos até disponibilizar no *site* do CONAMA e
601 tornar acessível a todos de uma maneira mais célere. Então eu queria, mais uma vez,
602 agradecer a disponibilidade e a Câmara está sempre aberta para acompanhar essa
603 discussão.

604

605

606 **O SR. ANTÔNIO MAURÍCIO (Secretaria de Portos)** – Eu que agradeço, Volney, por
607 essa gentileza. Obrigado a todos.

608

609

610 **O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA)** – Agora, concluir a parte de informes, eu
611 queria convidar o Dr. Guimarães, do Departamento de Licenciamento e Avaliação
612 Ambiental para nos dar uma rápida noção aí sobre como está se desenvolvendo um
613 Grupo de Trabalho sobre hidrovias que o Ministério está desenvolvendo e tem relação
614 com todos... Nós vemos que tem várias iniciativas no âmbito da Câmara de Saúde, no
615 âmbito da própria CTCQA, da Secretaria de Portos e que nós temos que ter essa visão
616 desse processo para que ele tenha uma coordenação. Então essa foi um pouco a ideia
617 de hoje, de nós trazeremos também aí o Departamento de Licenciamento da Secretaria
618 de Mudanças Climáticas. Dr. Paulo, por favor, a palavra é sua.

619

620

621 **O SR. PAULO CESAR VAZ GUIMARÃES (SMCQ/MMA)** – Bom dia a todos. Eu vou
622 ser bem rápido na exposição. Há cerca de 3 meses houve uma demanda da direção do
623 Ministério do Meio Ambiente solicitando que nós promovêssemos uma articulação com
624 os órgãos estaduais de meio ambiente na tentativa de elaborar diretrizes para o
625 licenciamento de hidrovias. Qual a razão disso? As hidrovias são basicamente
626 licenciadas pelos estados, alguma coisa pela União e nós recebíamos algumas
627 reclamações de que os procedimentos eram muito distintos. Então num primeiro
628 momento esse Grupo de Trabalho está envolvendo órgãos públicos e basicamente
629 tentando, nesse momento, ter dois objetivos claros: um de instrumentalizar os órgãos
630 estaduais de meio ambiente nas suas ferramentas para o licenciamento e o segundo é
631 propiciar à sociedade informações para que ela saiba como o poder público está
632 entendendo, está interpretando o que seja uma hidrovia e quais são os impactos
633 associados à hidrovia. Primeira parte do que nós estamos fazendo junto às entidades
634 do Ministério do Meio Ambiente, do Ministério dos Transportes e com Marinha é tentar
635 consensuar o que é uma hidrovia. Hoje essa é uma questão que se coloca, porque nós
636 temos duas visões-limites: nenhuma delas... vamos dizer, é uma tipologia. Há uma
637 corrente que considera que as hidrovias necessitam de licenciamento em cada uma de
638 suas intervenções, ou seja, cada dragagem tem uma licença específica, cada porto,
639 cada derrocamento e você teria sempre que entrar com uma visão, vamos dizer, um
640 pouco mais restrita ou mesmo um pouco mais fragmentada do empreendimento. No
641 outro pólo nós temos uma visão que a hidrovia deve ser compreendida como o todo das
642 intervenções necessárias para o uso daquele meio hídrico, não só uma intervenção,

41

42

643 grandes intervenções ou simplesmente intervenções de sinalizações que podem
644 incrementar o uso, incrementar o transporte de substâncias que, em caso de acidente,
645 podem gerar algum problema ou intensificar o fluxo de pessoas que pode, de alguma
646 forma, estimular a ocupação de certas áreas, eles merecem ter uma visão completa do
647 planejamento desse entendimento. Existem argumentos razoáveis para as duas
648 posições. Não há um ponto certo ou errado. Hoje, depois de 3 reuniões, o que nós
649 temos consensuado é que é necessário aperfeiçoar as informações para o
650 licenciamento. Seja de uma maneira ou de outra, é necessário que o órgão regulador,
651 que o órgão licenciador tenha à sua mão informações mais apuradas do que vem a ser
652 a utilização daquele recurso natural. Quando nós tivemos o conceito claro, o próximo
653 passo, que já foi acordado com os participantes, é uma tentativa de estabelecer os
654 possíveis impactos ambientais por intervenção e por fase dos empreendimentos. É
655 necessário que nós tenhamos... Por que isso? Para evitar a discricionariedade do órgão
656 licenciador, para ter uma compreensão mais apurada do que de fato é um impacto, que
657 condição, em que momento para que o processo de licenciamento possa responder
658 adequadamente em cada um dos momentos, o que está acontecendo naquela
659 utilização. A ideia é que se tenha um instrumento que seja bastante operacional para os
660 órgãos licenciadores, se possível que seja uma base bastante uniforme para todos.
661 Terá certa característica de um *check list*, mas é um *check list* mínimo para que se
662 possa atuar. Nós consideramos que isso é importante. É importante porque é uma
663 forma de capacitação para os órgãos ambientais e também permite a comunicação com
664 a sociedade, de como o poder público está interpretando o uso do recurso natural sobre
665 a hidrovia. A perspectiva é que num horizonte de 2 meses nós tenhamos essas
666 diretrizes prontas para discussão mais ampla.

667

668

669 **O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA)** – Obrigado, Dr. Paulo.

670

671

672 **A SR^a. PATRÍCIA HELENA GAMBOSI BOSON (CNT)** – Obrigada, Dr. Paulo, por ter
673 vindo esclarecer. Eu faria duas questões. A primeira é se o senhor não entende como
674 estratégico a participação do setor produtivo, mesmo agora do início? Eu acho que nós
675 já evitaríamos algum conflito de visão, digamos assim, de maneira de olhar a questão.
676 Eu acho que mesmo antes de vir para a Câmara. Eu acho que uma construção
677 conjunta, eu acho nós já ganharíamos aí algum tempo, investiria um tempo importante.
678 E a segunda é como que essa questão está sendo, porque o Ministério é integrador, em
679 relação ao CNRH? E eu digo isso porque embora a hidrovia não tenha outorga,
680 dependendo do que for outorgado, não tem hidrovia. Então eu acho inclusive um erro a
681 hidrovia não ter outorga. Eu acho que hidrovia devia ter outorga, para ela até ter
682 garantia. Eu, como empresária da área, eu acho que o rio deveria ter outorga, até para
683 ela poder ter essa garantia de direito, de que aquilo vai, porque mesmo a lei...
684 Considerando que a lei manda priorizar, a 9433 e quase todos os estados mandam
685 priorizar hidrovia, o fato de não se ter um plano de hidrovia, ninguém restringe o uso
686 para uma hidrovia que vai ter daqui a sei lá quantos anos. Precisa ter concretamente a
687 hidrovia, para poder priorizar a hidrovia, mesmo no processo de licenciamento devia ser
688 abordada, devia dar uma olhada de como pode fazer essa integração aí, porque senão

46

689você tem um projeto muito bem licenciado, mas não tem água para poder fazer a sua
690hidrovia. Eram essas duas questões. Obrigada.

691

692

693**O SR. JOÃO CARLOS DE PETRIBU DE CARLI FILHO (CNA)** – Bom dia. Primeiro
694também gostaria de estender um pouco disso que a Patrícia colocou, que seria
695interessante o setor empresarial, o setor produtivo, que é para quem praticamente
696muito disso a hidrovia vai ser direcionada, de ter um acento, não estou dizendo em
697todas as reuniões. Pelo menos em algumas para nós também poderemos dar algumas
698sugestões e se possível também, o senhor pudesse deixar o seu contato, como nós
699poderíamos entrar em contato com o senhor, que a CNA gostaria de sentar um dia e
700conversar.

701

702

703**O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA)** – Obrigada, Dr. João. Dr. Paulo, alguma
704consideração final?

705

706

707**O SR. PAULO CESAR VAZ GUIMARÃES (SMCQ/MMA)** – Com relação, como temos
708duas demandas, nós consideramos que seria mais produtivo o poder público ter um
709mínimo de uniformização para uma negociação mais aberta. A perda de carga que
710poderia se ter nesse momento, dada a relativa novidade do tema, inclusive porque as
711diferenças de opiniões dentro do poder público, nas duas, vamos dizer, nos estados e
712com a união e mesmo dentro da União é significativa, nossa opção foi: primeiro vamos
713ter o mínimo de consenso para poder abrir a discussão. A perda de carga seria muito
714grande. Será aberta, mas assim que nós pelo menos tivermos conceitos mais claros
715para poder debater. Essa é a perspectiva. Em nenhum momento há a perspectiva de
716ser uma discussão fechada, porque não faz sentido. A história mostra que é um erro.
717Então ela vai ser aberta assim que nós conseguirmos estabelecer pelo menos qual é o
718conceito que o poder público entende sobre o que é hidrovia e quais são os impactos.
719Início para depois discutir com o setor produtivo, para poder compatibilizar a visão na
720política pública. Com relação à compatibilidade com o Plano Nacional de Recursos
721Hídricos, a rigor a própria hidrovia tem que estar prevista no Plano de Bacia. Quando
722nós falamos que o órgão ambiental tem que receber as informações mais
723aperfeiçoadas para o licenciamento, significa, nesse caso específico, que nós estamos
724valorizando o Plano de Bacias, que deve prever também os usos múltiplos onde a
725hidrovia estará está condizente. Nós somos dependentes dessa informação.

726

727

728**A SRª. PATRÍCIA HELENA GAMBOGI BOSON (CNT)** – Mas o setor hidrelétrico, como
729ele é mais... Ele tem uma tradição de planejamento maior, digamos assim, ele já
730apresenta uma condição muito vantajada. Então a hidrovia acaba entrando depois e aí
731fica aquela discussão eterna de quem paga a eclusa. No fundo é a sociedade que paga
732a eclusa. Não sabe se põe na conta de quem: na conta de luz ou na conta de água,
733mas quem paga somos nós mesmos. Mas fica essa discussão então para poder... É
734essa questão que tem que, talvez, num processo próprio de licenciamento também, dar
735uma olhada, quer dizer, você interferir inclusive no licenciamento do outro, que vai

47

48

49

736acabar prejudicando e muito. Nós estamos com uma discussão lá da hidrovía do Piauí,
737por exemplo, séria, porque já foram aprovados os processos de licenciamentos lá no
738rio, que é um rio que toda... Inclusive a Federação da Indústria do Piauí defende com
739unhas e dentes a hidrovía e eles ficam ali correndo, sem saber para quem apelar. A
740ANA já tem uma sensibilidade muito grande, já deu uma outorga amarrada à questão
741de garantia e eclusa. Eu vi a outorga e está por aí, mas acho que isso tem que ter...
742Assim, não pode contar com a boa vontade da ANA naquele momento. Eu acho que
743nós temos que avaliar num processo como um todo essa questão. E eu já deixo a CNT
744aqui à disposição para essa primeira discussão com o setor...

745

746

747**O SR. PAULO CESAR VAZ GUIMARÃES (SMCQ/MMA)** – Conversaremos com o
748Volney e vamos promover isso.

749

750

751**O SR. SOLON MAURO SALES FAGUNDES (FURPA)** – A mensagem que nós
752queríamos deixar também é a mesma. É importante a participação de todos os setores
753da sociedade, haja vista que já temos um bom exemplo, um bom suporte, subsídio para
754o trabalho GT depois que tiver mais encorpado, como (...) se manifestou, com relação
755ao que já ocorreu na hidrovía do Rio Paraná, os conflitos. É bom já prever alguma coisa
756para ter mais sucesso no trabalho. Amenizar ou até eliminar os conflitos que tiveram lá.
757Isso é importante, ter essa visão também. Obrigado.

758

759

760**O SR. JOÃO CARLOS DE PETRIBU DE CARLI FILHO (CNA)** – Só para passar uma
761informação para a Patrícia: tem um Projeto de Lei que está na Câmara, que é o 3989,
762se não me engano, que repassa, que trata das eclusas, existia uma a discussão muito
763grande em relação a quem pagaria a conta. O Ministério de Minas e Energia disse que
764não era da alçada dele. O Ministério dos Transportes avocou para si o custo das
765eclusas e agora só falta fechar a escada de peixe. É a única coisa que falta fechar
766nesse documento para que passe na CEMAD. É um documento que está bem
767adiantado.

768

769

770**O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA)** – Eu queria só desejar sucesso para o Dr.
771Paulo, porque essa, para mim, é uma das tarefas mais espinhosas, que dentro do
772Governo nós temos uma visão criacionista das hidrovías, até a evolutiva. O espectro é
773grande. Eu entendo porque ele está tentando resolver isso internamente antes para nós
774abrirmos uma discussão e muitos dos nossos processos hoje de licenciamento, eu acho
775que quase 100% está judicializado e têm relação com hidrovía. Acho que é um trabalho
776muito importante...

777

778

779**A SR^a. PATRÍCIA HELENA GAMBOSI BOSON (CNT)** – Enquanto isso nossas cargas
780são levadas, mais de 60%, em caminhões, poluindo a um custo absurdo e contribuindo
781para o efeito estufa, porque os nossos caminhões também, para ajudar um pouquinho
782só, têm uma idade média de 18 anos.

50

51

52

783

784

785O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA) – Então tá, gente. Eu acho que nós temos
786uma discussão interessante. Talvez um dia nós pudéssemos trazer aqui a Secretaria de
787Planejamento do Ministério do Transporte para apresentar o Plano Nacional de
788Logística de Transporte, para nos informar também sobre como essas questões estão
789evoluindo no Planejamento de Governo, até porque nós temos que dialogar muito com
790as políticas, não só com aquela visão de que vamos fazer a norma. A norma tem que
791estar a serviço de uma política. Eu queria agradecer ao Dr. Paulo e nós entramos
792então, agora, na ordem do dia, no segundo ponto. Ontem nós encerramos a discussão
793sobre a revisão da 357 no art. 12. Nós passamos aqui para deliberar sobre o relatório
794do Grupo de Trabalho de monitoramento de fósforo para avaliação da Resolução
795359/2005. Nós já tivemos a apresentação do relatório na reunião passada. Nós ficamos
796hoje aí só de acertar o nosso encaminhamento final em relação ao relatório. Não sei
797se... Acho que começaria com o IBAMA o é a (...) que vai falar? É o coordenador, não
798é? Quem é que estava coordenando? Era a CETESB. Quem é que usa da palavra
799primeiro, para informar à Câmara sobre o nosso processo? Então Maria Eugênia.

800

801

802A SR^a. MARIA EUGENIA PROENÇA SALDANHA (ABIPLA) – Como o Volney falou, o
803relatório já foi apresentado na reunião passada, mas eu acho importante nós só
804trazermos aqui, só lembrar um pouquinho das conclusões deste relatório. Basicamente
805foi formado um Grupo de Trabalho para cumprir com o art. 7º da Resolução 359, que
806era o monitoramento dos efeitos da Resolução. Dois pontos de destaque seria:
807primeiro, o IBAMA... As indústrias eram obrigadas a mandar uma série de dados
808através de um relatório para o IBAMA. Então o primeiro ponto que nós avaliamos seria
809se as indústrias tinham cumprido com a Resolução e houve uma conclusão que sim,
810cumpriu plenamente com a redução proposta em todos os seus 3 estágios, inclusive
811esses dados foram confrontados com os dados da ABQIN, que são os dados de
812produção, importação e subtração da exportação. Esses dados também mostraram
813uma queda do uso de [tripolifosfato em](#) detergentes em pó. O segundo ponto seria
814realmente de fato a rede de monitoramento, em que nós pegamos os estados de Minas,
815Paraná e São Paulo, que já tinham uma rede integrada com dados comparáveis e que
816nós poderíamos fazer uma análise. Fizemos também uma revisão bibliográfica dos
817dados existentes na literatura, tanto nacional quanto internacional, e daí veio uma
818conclusão: em primeiro lugar que era muito difícil destacar o fósforo advindo de
819detergente em pó e separá-lo das demais fontes. E que a Resolução em si, da maneira
820como tinha sido aplicada, não era possível ver um reflexo direto ou uma conclusão
821direta relacionando a queda do uso de detergente em pó, de fósforo em detergentes em
822pó, relacionar aos dados que nós encontramos nessa rede de monitoramento. Acho
823que cabe ressaltar, foi bastante interessante que nós começamos essa Resolução... O
824estudo dessa Resolução foi implementado em 2005, a carga diária de fósforo de
825detergentes em pó era em torno de 64 toneladas/dia e aí, considerando já 2009, que
826apesar de não estar na Resolução, nós tínhamos esses dados, nós caímos para 29
827toneladas/dia. É uma redução bastante significativa em termos de carga dessa fonte,
828mas sem um reflexo claro, conclusivo em nenhum dos pontos monitorados. Nós
829propusemos então como recomendação no relatório, que acredito que é isso que vai

53

54

830ser discutido aqui hoje pelos conselheiros, a prorrogação desse Grupo de Trabalho,
831com uma visão mais integral das outras fontes, como nós poderíamos trabalhar outras
832fontes, as fontes difusas, as recomendações que estão ali. Observar sim hoje em dia
833como está o comportamento da indústria em relação ao uso de fósforo e eventualmente
834até nós revermos os números atuais para que nós possamos continuar estudando
835esses efeitos mantendo essa fonte sob controle. Então essas foram as recomendações
836que nós tiramos. Eu acho que eu destaco... Não sei se o Gilberto tem mais alguma
837coisa, que também participou do Grupo, o Paulo Breno, da ANA, se gostaria de
838complementar alguma coisa? Cláudio Alonso? Mas basicamente essas foram as
839recomendações do grupo que estão colocadas que estão para serem discutidas pelos
840senhores conselheiros.

841

842

843**O SR. CLÁUDIO DARWIM ALONSO (Governo do Estado de São Paulo)** – Na pinha
844opinião, até porque a SETESB participou desse Grupo, eu me reuni bastante com o
845Nelson, que foi o coordenador, eu acredito que o relatório em si fecha um ciclo e
846cumpre o que determina a Resolução. Quanto a isso eu acho que não há
847questionamento algum. Os principais pontos que a Eugênia levantou, estamos
848completamente de acordo. Acontece o seguinte: existe uma questão de fósforo e existe
849uma carga proveniente do uso dos detergentes em pó, e não dos sabões em pó.
850Sabões em pó como vocês gostam de falar. Dessa forma, eu acredito que nós
851deveríamos, como encaminhamento, comunicar à Plenária a satisfação do quesito. Ele
852foi plenamente satisfação, foi analisado, algumas conclusões foram feitas, algumas
853conclusões são inconclusivas, como foi aqui falado. É difícil separar qual é o fósforo
854que vem da fonte A, B ou C e no entanto nós nos posicionamos a favor da continuidade
855dos estudos e poderíamos pensar até em dois níveis: um nível seria um estudo restrito:
856continuar estudando o próprio sabão, detergente em pó e o outro seria estudar a
857questão do fósforo como uma questão mais global. São dois níveis: ou você fica
858restrito... Eu não tenho, objetivamente, uma posição fixa ainda qual dos dois nós
859teríamos que seguir, mas de alguma forma uma posição é clara: o fósforo é uma
860questão importante. Em São Paulo mesmo nós temos duas resoluções específicas para
861os corpos de água, que para nós são muito importantes, que a (...) e a Guarapiranga,
862onde a restrição de fósforo começa a ser cada vez maior por problemas locais, ou seja,
863fósforo não é um problema menor, é um problema grande. Então nós achamos que de
864qualquer forma há que se continuar. Se de uma maneira restrita ou de uma maneira
865ampla, nós ainda não temos uma posição clara, mas achamos que deve continuar.
866Como encaminhamento, apresentar à Plenária que o item foi satisfeito e eventualmente
867uma proposta de continuidade que pode ser feita na própria Plenária.

868

869

870**O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA)** – Perfeito. Eu acho que é importante nós
871adotarmos um foco mais ou menos na linha do Dr. Cláudio Alonso, quer dizer, qual é o
872nosso objetivo? No nosso entendimento, pelo menos um pouco da própria discussão da
873reunião passada, houve o cumprimento do objetivo que o GT foi criado. Ele identificou
874que as empresas estão cumprindo a Resolução e identificou também essa questão, que
875para mim sempre era sempre muito óbvia, mas não entendi como ela entrou aqui. Não
876dá para fazer uma correlação direta entre essa redução de carga e a quantidade de

877fósforo nos cursos d'água, porque tem outros fatores que talvez sejam preponderantes
878nessa questão e me parece que esse é o grande elemento de comunicar à Plenária. Eu
879acho que tem algumas, vamos dizer assim, recomendações que são feitas que nós
880poderíamos, vamos dizer assim, talvez alguma coisa na linha da continuidade do
881Grupo, mas eu acho que, por exemplo, essa competência para ficar fazendo
882monitoramento não vai levar a nada. Não sei se vale a pena manter essa agenda do
883Grupo de Trabalho, até porque nós temos que tomar um certo cuidado do que é um
884Grupo de Trabalho do CONAMA e o que é uma ação executiva do Ministério, dos
885órgãos ambientais, que nós, às vezes, criamos certa confusão e ficamos depois com
886muita dificuldade para executar isso no âmbito dos grupos. Nós sabemos que a própria
887questão desse Grupo, da estruturação desse Grupo não foi um processo fácil, porque
888dependia de uma série de questões da própria ação executiva. Então eu queria só fazer
889esses comentários para que nós nos ativéssemos um pouco mais ao que nós
890comunicamos à Plenária, se há uma necessidade de já fazer, informar o Plenário algum
891tipo de entendimento nosso sobre a necessidade ou não de continuidade desse Grupo.

892

893

894**A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO (MMA)** – Nesse sentido que eu ia até fazer uma
895colocação, porque eu entendo também que o objeto do Grupo e talvez até o da
896Resolução já tenha se findado em seu objetivo de regulamentar o teor de fósforo em
897detergente em pó. A proposta que o Grupo faz no relatório de estender esse assunto
898para ocorrência de fósforo em outros processos produtivos, regulamentar, aí acho que
899já seria uma nova Proposta de Resolução que a Câmara Técnica teria que lidar com
900isso de uma ora outra forma. Talvez não fosse o Grupo de Monitoramento. Poderiam os
901seus membros participar, é lógico, mas seria talvez uma proposta de criação de um GT
902para discutir uma proposta futura. Eu não sei se caberia também. Nós estamos tratando
903de efluentes, a revisão da Resolução de efluentes. Nós já colocamos nessa revisão a
904definição de padrões para lançamento de efluentes. Então eu tenho só essa dúvida. Eu
905acho que o relatório é muito bem-vindo, teve a participação do IBAMA, o Ministério
906também participou em algumas reuniões, a nossa equipe técnica, mas eu vejo como
907um objeto findo, o trabalho do Grupo e o trabalho da Resolução, conforme ela se
908propôs.

909

910

911**O SR. SOLON MAURO SALES FAGUNDES (FURPA)** – Em primeiro lugar, senhor
912Presidente, achamos muito importante esse processo de avaliação das resoluções. É
913uma coisa que tem que ser uma rotina da Câmara Técnica, no CONAMA, porque não
914basta só pedir Resolução quando algum setor se sente prejudicado por ela, que está
915muito comum isso. Nós temos que fazer um processo isento de avaliação dos
916resultados, como é que está sendo aplicado. Por exemplo, a 357, que nós estamos
917trabalhando nela, não tem nenhum resultado, tem aplicação. Ela já foi aplicada. Está
918sendo aplicada no Brasil, mas não chegou a nós os dados subsidiando o que mudar e o
919que não mudar. Bom, eu não acompanhei muito esse trabalho, mas entendo
920perfeitamente que o Grupo, eu acho que se encerra aqui. O que nós devemos fazer, se
921há necessidade de continuidade desse monitoramento, passar para o órgão ambiental,
922ou seja, que se faça um federal, IBAMA até mesmo MMA, não sei quem controla isso aí
923e que se dê publicidade a esses dados, que faça o acompanhamento e que tenha a

61

924devida publicidade. O meu encaminhamento seria esse. A partir de agora, se analisou,
925se dê um acompanhamento. Se mais na frente se ver algum problema, que se retorne
926com o assunto.

927

928

929**O SR. GILBERTO WERNECK DE CAPISTRANO FILHO (IBAMA)** – Bom dia. A minha
930fala vai muito de encontro ao que os outros conselheiros já falaram e que a Zilda
931também falou, que nós acreditamos que esse relatório já está bem consistente, traz
932dados desde 2005 de outras áreas de monitoramento. Eu acho que o Grupo
933realmente... O objeto do Grupo acabou. Acho que com esse relatório aqui, se tiver que
934acontecer mais alguns estudos, acompanhamentos para o futuro, isso aí deverá ser
935discutido melhor, surgiu no Grupo, na última reunião, se não me engano, ou em alguma
936das últimas reuniões do Grupo uma idéia de se criar um Grupo para estudar a
937eutrofização mesmo, não só o fósforo no detergente, mas o fenômeno de eutrofização,
938mas isso seria uma discussão posterior. Eu acredito que seria uma idéia bastante
939interessante. Eu gostaria de atentar também à questão das recomendações que são
940colocadas ao final do relatório. Apesar disso aqui ser objeto de discussões, isso deve
941ser encarado de uma forma bastante pragmática, não é literal, porque até se os
942senhores notarem, exige uma discussão também da Resolução da 357. Nós colocamos
943ali o tratamento terciário. Não é muito a ser seguido ao pé da letra. Nós não vamos
944rever o texto obviamente, mas essas recomendações aqui, para deixar na tranquilidade
945alguns aqui, inclusive tem o setor de saneamento aqui atrás de nós, essas
946recomendações são extremamente pragmáticas. É para se atentar... O teor do relatório
947é muito mais importante do que a recomendação. A conclusão é mais importante
948também do que a recomendação. Então se os conselheiros acreditarem que o trabalho
949deve ser continuado, pelo menos deve ser discutido mais as linhas do que deve ser
950feito daqui para frente.

951

952

953**A SR^a. PATRÍCIA HELENA GAMBOSI BOSON (CNT)** – Eu acho que primeiramente o
954resultado tem que ser apresentado lá no Plenário. Nós temos o hábito de não saber o
955que acontece depois que as resoluções ficam prontas e nem sempre os resultados são
956tão positivos assim, então nós temos que realmente apresentar e ter esse hábito
957mesmo. Eu acho que é um hábito que nós temos que acostumar a ter, de quando em
958quando, parar para fazer um monitoramento de uma Resolução que nós aprovamos e
959apresentar para ver se está de acordo e tudo. Isso é muito importante. Segundo, o
960próprio conteúdo do relatório que foi exaltado, que é muito bom mesmo. Eu só
961perguntaria, Volney, não que eu não tenho muito domínio do Regimento, se não seria o
962caso de nós usarmos aquela questão que tem no Regimento, que é do Grupo
963Assessor, porque ele poderia, já que se tem a boa vontade da sociedade de compor um
964grupo e de ficar estudando o problema, dando continuidade inclusive ao que está nas
965conclusões e recomendações, se não seria o caso de nós termos um Grupo Assessor
966que pudesse fazer um parecer, porque eu fico com medo de dar continuidade a um GT,
967porque ele fica sempre naquela coisa de que tem que fazer uma Resolução, tem que
968sair com uma regra e o CONAMA, eu sempre bato nisso, não é só para fazer regra. Ele
969pode integrar... Eu estou dizendo que se continua um grupo de pessoas no âmbito de
970uma Câmara Técnica, ele fica achando que tem que dar uma resposta além do

62

63

64

971acompanhamento, uma resposta direto. Então talvez um encaminhamento num Grupo
972Assessor, que é uma figura interessante no sentido de apresentar pareceres, apenas
973para poder ver se nós aproveitamos a boa vontade, esse trabalho de boa vontade da
974sociedade, participando e interagindo sobre esse assunto, especialmente do setor, mas
975eu entendo também que como GT da Câmara, ele encerrou, cumpriu seu objetivo e não
976tem mais como prosseguir.

977

978

979**O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA)** – Só para organizar antes de passar para o
980Cláudio Alonso, temos duas questões. Me parece que há um acordo, parece que
981unanime em relação à conclusão do GT. A conclusão, temos acordo e tem uma
982recomendação que não vai ser uma recomendação do GT, que vai ser apresentar à
983Plenária. O que vai se apresentar à Plenária vai ser uma recomendação da Câmara
984Técnica. Deixar isso claro. Se houver uma recomendação, a Câmara Técnica
985recomendará que... Dois pontos. Estou tentando só organizar porque daí nós
986apresentamos o trabalho, apresenta a conclusão do GT com o qual nós entendemos
987que há consistência, que foi feito um trabalho... Dá para dizer na conclusão. Agora, o
988ponto que eu acho que nós estamos discutindo aqui é qual é a recomendação, se a
989Câmara Técnica vai fazer mais alguma recomendação.

990

991

65

66

992O SR. CLÁUDIO DARWIM ALONSO (Governo do Estado de São Paulo) – Olha,
993existem algumas preocupações. Eu reafirmo o que eu falei na primeira fala, que
994deveremos apresentar à Plenária isso, não necessariamente precisa uma apresentação
995de uma nova Resolução. Eu acho que a apresentação do relatório, conforme foi
996solicitado, fecha o ciclo. Se o relatório levasse a uma nova Resolução, ótimo, seria sim,
997mas não levou, também ótimo, porque não é. Então eu acho que tem que fazer essa
998apresentação para poder fechar o ciclo. Foi o mandato da Plenária que nós estamos
999cumprindo, então tem que fechar apresentando à Plenária. Quanto à recomendação,
1000Volney, eu acho que ela poderia ser apresentada da maneira como está, desde que nós
1001colocássemos o seguinte: olha, o Grupo recomenda para discussão os seguintes
1002aspectos. E não como uma recomendação mandatória. Eu acho que ela levanta
1003questões. Essas recomendações levantam questões interessantes e eu não gostaria de
1004perdê-las. Então recomendações ou como levantamento de questões, coloca-se um
1005título que não fosse mandatório, mas não se perder o trabalho do Grupo. Sobre esse
1006aspecto, eu acho que seria bastante interessante. Quanto ao aspecto específico do
1007fósforo, gostaria de lembrar que, como eu citei essas duas leis, (...) e Guarapiranga,
1008nós estamos tendo problemas sérios. Eu estou participando ativamente de um Grupo
1009junto com a Secretaria de Energia para resolver uma questão, o que nós temos nos
1010deparado é com o seguinte: vocês devem ter o material aí, mas se não tiverem,
1011acreditem em mim, a 357 em padrão de lançamento não determina padrão de
1012lançamento de fósforo. Então o que a Zilda falou, eu acho que ela deve ter se
1013confundido, não seria uma arma suficiente nos trabalhar com padrão de emissão,
1014porque não é determinado. Nós vemos bastante isso. Eu me lembro na discussão de
1015amônia, que eu falava que amônia era um parâmetro muito ruim, que nas (...) nós
1016estávamos controlando (...) exclusivamente com o parâmetro amônia e não com outros
1017parâmetros, por exemplo, fósforo e etc., etc., e efetivamente na nova proposição
1018também o fósforo não entra. Então não é o fósforo como um padrão de emissão um
1019parâmetro adequado para que nós pensemos em fazer qualquer regulamentação ou
1020estudo mais aprofundado em relação ao próprio fosfato. Só para deixar claro, Zilda, eu
1021citei o seu nome em vão, mas eu não feri nenhum mandamento. Eu estava alertando,
1022Zilda, que o parâmetro fósforo não é regulamentado na 357 como lançamento. Eu
1023mesmo estou com a revisão aqui. Não existe padrão de lançamento de fósforo na
1024Resolução. É isso. Então não seria... Nós tivemos sérios problemas com isso. Não
1025existe. É relevante, porque os problemas de eutrofização vêm basicamente de sistemas
1026de tratamento. Mas de qualquer forma eu não vou entrar na discussão da 357 e do
1027padrão. Apenas para levantar que essa informação, a mais correta seria que não tem o
1028padrão de fósforo como padrão de lançamento e que nós teríamos que usar outros
1029artifícios. Concordo plenamente que isto aqui não deve ser um grupo de
1030acompanhamento como foi agora, de ficar analisando dados, levantando dados e etc. e
1031que eu deixaria em aberto, até porque eventualmente São Paulo pode... Nós estamos
1032um pouco confusos, para falar a verdade, acho que todos estão, para fazer uma
1033proposta concreta. O próprio Grupo não fez. Eu simplesmente apresentaria como
1034encaminhamento o relatório. No caso das recomendações, nós mudaríamos o título
1035assim, para um título meio não mandatório, questões levantadas, aspectos ainda a
1036serem abordados, considerações futuras, algo do tipo que não fosse mandatório, como
1037recomendação e eu deixaria que a própria Plenária se sentisse à vontade ou não à
1038vontade de fazer uma proposição, seja qual for. Como eu disse, nós temos duas

1039maneiras de encarar o problema. Se a Plenária não fizer, a Plenária não fez, afinal de
1040contas, a Plenária tem essa autonomia por um lado e por outro lado, a Plenária estava
1041representada no Grupo com representantes. Se alguns representantes se sentirem
1042incomodados, eles que cutuquem quem a linha vertical e façam a proposta. Eu, por
1043exemplo, se achar que devo, vou solicitar à ABEMA, ao Estado de São Paulo que faça
1044uma proposta. Eu deixaria em aberto. Eu colocaria a conclusão, porque eu acho que
1045estrigante, mas de uma forma não mandatária.

1046

1047

1048**O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA)** – Mas de qualquer forma seria a
1049apresentação do relatório, a questão da conclusão e essa questão das recomendações,
1050elas não podem ser vinculantes, quer dizer, não é uma deliberação que aprovou as
1051recomendações. Elas entram como aquelas questões-chave, questões a serem
1052consideradas em um espaço adequado. Eu acho que isso que nós temos que cuidar,
1053porque nós não podemos deliberar aqui e vincular todo mundo depois: olha, essas são
1054as nossas... Eu acho que talvez seja o melhor caminho.

1055

1056

1057**O SR. PAULO BRENO DE MORAES SILVEIRA (ANA)** – Boa parte do que eu ia falar
1058já foi falado, mas só ressaltando alguns pontos. Eu acho que essa recomendação do
1059procedimento está adequada, mas eu vou ressaltar aí a dificuldade que se tem do
1060fósforo, além de ter várias fontes, o comportamento do fósforo, principalmente em
1061reservatórios, é um comportamento muito difícil de você verificar, porque o fósforo pode
1062depositar, pode (...). Então isso dificulta a avaliação de efeitos. Então além da
1063dificuldade de se selecionar pontos, você tem dificuldade também de interpretar esses
1064resultados por causa dessa dinâmica do fósforo na natureza, que é sujeita a muitos
1065fatores. Então isso realmente agrega um grau de dificuldade um pouco maior. Agora, eu
1066queria também ressaltar essa parte das recomendações, que ficou assim, parece que o
1067pessoal um pouco temerário, nós, na ANA, vocês sabem... Uma das coisas que faz 4
1068anos que eu estou tentando perseguir, essa integração entre outorga e licenciamento
1069para principalmente definir o que cada um faz. Aí, o que acontece? Nós começamos
1070outorgando só DBO e temperatura. Daí depois nós vimos à necessidade de outorgar
1071fósforo, principalmente por causa de problemas de eutrofização que ocorrem em
1072reservatórios, principalmente nos locais onde tem muita aquicultura e locais também de
1073muita influência de lançamento de esgoto doméstico. Isso gerou alguns procedimentos
1074e esses procedimentos estão vinculados principalmente à capacidade de suporte, que
1075nós temos uma imprecisão dos dados, mas por isso nós entramos com uma margem de
1076segurança, mas nós achamos que a gestão tem que ser feita. Então se vocês olharem
1077nas recomendações, eu acho que precisa de outra maneira de olhar a recomendação, o
1078que é? Quando nós falamos que tem que olhar a capacidade de suporte, quer dizer...
1079Então nós estamos mostrando que é importante que sejam considerados esses fatores,
1080quer dizer, você não vai olhar e não vai fazer uma recomendação de terciário sem que
1081esses fatores sejam olhados. Acho que tem que ver por esse viés. Também a 357 fala
1082que a gestão e essa própria revisão que está sendo feita, ela fala no texto da gestão de
1083cargas e gestão de capacidade de suporte, que é uma visão que eu acho que o
1084caminho dessa gestão, menos comando por controle, mais gestão de efluentes e
1085gestão de recursos hídricos propriamente dito, eu acho que tem que caminhar. O que

1086 nós procuramos fazer é para caminhar com esse viés, para nós procuramos realmente
1087 ver a avaliação dos impactos, procuramos ver a capacidade de assimilação desses
1088 impactos para poder tomar uma medida, até para orientar o próprio setor de
1089 saneamento. Nós sabemos que o país tem uma carência muito grande de saneamento
1090 e que não vai se conseguir resolver isso em um ano ou dois. Vai se precisar tomar pior
1091 condições para investimentos nesse setor. Então eu acho que você analisar impactos e
1092 analisar setores prioritários, determinar onde essas ações são mais necessárias, eu
1093 acho que é uma contribuição também.

1094

1095

1096 **SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA)** – Nós estamos praticamente concluindo
1097 essa discussão, não é? Eu acho que nós já definimos: apresenta um relatório,
1098 conclusão: estamos de acordo, as recomendações não são vinculantes. Agora, nós
1099 vamos fazer alguma sugestão no sentido de criar um Grupo de Trabalho ou não? Ou de
1100 dizer claramente que esse grupo de acompanhamento deve se extinguir? Ele cumpriu
1101 seu mandato?

1102

1103

1104 **SR. CLÁUDIO DARWIM ALONSO (Governo do Estado de São Paulo)** – Eu
1105 acredito que se apresentou um relatório que é conclusivo, até no pedaço da não
1106 conclusão ali – conclui que – não dá para concluir, ele é confuso nesse aspecto, eu
1107 acho que o Grupo se encerra. Na minha opinião o Grupo se encerra. Isso não quer
1108 dizer que o assunto se encerra. Ele pode retornar revestido agora de outra forma. Ele
1109 pode voltar, inclusive, com novas recomendações para a indústria dos detergentes em
1110 pó ou algo que valha, mas eu, em princípio, acho que o Grupo deveria se encerrar e
1111 novas propostas... Se criar um novo Grupo eventualmente com as mesmas pessoas,
1112 pouco importa, mas eu acho que ele se encerra, até para mostrar que o ciclo terminou.

1113

1114

1115 **SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA)** – Zilda, só acho que esse ponto está
1116 pendente de discussão, não é?

1117

1118

1119 **SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO (MMA)** – Me preocupa um pouco, Volney, só a
1120 questão de nós começarmos a avaliar padrão e regras para cada tipo de fonte
1121 poluidora. É essa a preocupação do Ministério do Meio Ambiente. Não que o assunto
1122 não seja importante. Quando eu falei de nós podermos, quem sabe, abordar isso, eu
1123 não afirmo que seria abordado na 357. Eu acredito que isso seria correndo paralelo à
1124 revisão da 357, no que diz respeito à padrão de lançamento de efluente, que talvez
1125 fosse juntar e fazer uma avaliação. Me preocupa um pouco, porque se nós formos tratar
1126 padrão de fósforo em esgoto urbano, por exemplo, nós vamos identificar que ele
1127 também não é a única fonte, que existem outras fontes de fósforo e aí que se necessite
1128 um tratamento diferenciado de fósforo, eu só não acho que nós deveríamos particular a
1129 fonte. Só isso. Se for o caso, nós trataríamos isso de uma maneira gerencial, de uma
1130 maneira mais global. O Ministério do Meio Ambiente, a SMCQ tem se pronunciado em
1131 diversas Câmaras Técnicas, às quais ela tem assunto na sua área, pela
1132 particularização. Nós já fizemos isso com resíduos. Entendemos que se ficar

1133particularizando, separando determinados tipos... Vamos tratar pilha e bateria. Só
1134bateria de lítio, não tem muito sentido. Nós temos que tratar do aspecto gerencial como
1135um todo. Então eu pediria que fosse feito um esforço... Talvez... Eu concordo com o
1136que o Cláudio Alonso falou, para nós tratarmos o assunto de uma maneira mais
1137gerencial e mais global, não particularizada, mas claro, sempre tomando em conta... Eu
1138acho importantíssimas as conclusões desse Grupo de Trabalho. É um grupo de
1139monitoramento que se debruçou sobre dados, teve um trabalho efetivo e ele realmente
1140deve ser apresentado ao CONAMA e deve ser ponderado qual encaminhamento
1141melhor para isso.

1142

1143

1144**O SR. ELIAS ALBERTO MORGAN (ABEMA/ES)** – Queria pegar carona na fala de
1145todos os colegas aí. Eu fiquei muito preocupado quando eu vi a recomendação de
1146tratamento terciário, porque é uma coisa pesada, então isso assusta muito. Concordo
1147plenamente com as falas todas aqui e eu acho que nós não devemos perder esse
1148trabalho maravilhoso. O Grupo está de parabéns, as conclusões são muito
1149interessantes e eu não sei como nós poderíamos dar continuidade a isso. Nós
1150imaginamos, de repente, desse Grupo ficar em *standby* ou reformular a sua ação,
1151porque nós sabemos, como o Gilberto do IBAMA falou, estudar eutrofização
1152especificamente, isso é uma preocupação, isso é um problema nacional. O Cláudio
1153Alonso já está dizendo que São Paulo mesmo já está com um direcionamento
1154específico em duas reservas lá, que é preocupante a situação do fósforo lá. Então eu
1155acho que nós não deveríamos perder esse estudo. De uma forma ou de outra dar
1156continuidade a ele. Agora, não sei. Eu acho que o momento é de nós pensarmos em
1157como dar essa continuidade.

1158

1159

1160**O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA)** – O que eu estou querendo deixar claro é
1161que se a Plenária quiser fazer alguma recomendação, que faça. Eu acho que a nossa
1162posição seria que o Grupo de Trabalho cumpriu com o seu mandato e encerrou. Eu
1163tenho muita preocupação com essas coisas que ficam rolando dentro do CONAMA e
1164que nós esquecemos e um dia aparece na mão de alguém e nós perdemos a
1165capacidade de gestão. Então por isso que eu... Se tiver que recriar, então a Plenária dá
1166um comando. Alguém pode apresentar uma proposta na Câmara Técnica e nós... Eu
1167acho que essas recomendações podem ter desdobramentos, partir tanto do setor
1168empresarial, da sociedade. Eu acho só que nós temos que talvez dar uma qualificada
1169nessa discussão, quer dizer, nós não precisamos ficar repetindo aquela abordagem de
11705 anos atrás.

1171

1172

1173**A SRª. CARMEM LÚCIA VICENTE NÍQUEL (CONFEA/RS)** – Uma sugestão de
1174recomendação à Plenária, ANAMMA, ABEMA, CONFEA, no sentido de que a Plenária
1175recomendasse que, via ABEMA, os órgãos ambientais fossem oficiados para que, nos
1176monitoramentos ordinários realizados, esta avaliação merecesse um *zoom*, merecesse
1177uma atenção esse acompanhamento do fósforo, com a condição de que, num
1178determinado tempo em que esta avaliação seria procedida, fosse retomado o Grupo de

1179 Trabalho para avaliação desses instrumentos. Seria a forma de dar o *stand By* que o
1180 Elias recomendou. Constasse como recomendação.

1181

1182

1183 **O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA)** – Isso seria uma resolução? Porque assim,
1184 eu posso fazer uma moção e aí eu faço uma sugestão para que os estados adotem. A
1185 minha preocupação é sair fazendo essas vinculações subitamente, porque essa é uma
1186 decisão que se nós colocarmos em uma resolução, vai ter que ter desdobramentos. Eu
1187 acho que ela teria que ser discutida com mais cuidado.

1188

1189

1190 **A SR^a. CARMEN LÚCIA VICENTE NÍQUEL (CONFEA/RS)** – Uma recomendação?

1191

1192

1193 **O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA)** – Não existe essa figura. Eu tenho uma
1194 resolução ou eu tenho uma moção. São as duas formas de fazer esse
1195 encaminhamento. Por isso que eu estou dizendo. Eu acho que nós temos assim...
1196 Vamos ser pragmáticos aqui. Eu estou querendo só encaminhar, só estou tentando dar
1197 um foco para nós podermos resolver essa questão, que eu vejo que muito próxima de
1198 ser resolvida. Nós temos aqui um entendimento que o Grupo concluiu seu mandato.
1199 Mais um ponto. A questão que resta é a seguinte: nós vamos fazer alguma sugestão
1200 em relação a criar algum grupo ou vamos deixar isso para a Plenária? Porque essa
1201 dinâmica agora pode estabelecer. A ABEMA pode chegar na reunião e dizer,
1202 encaminhar: eu quero propor esse negócio. Não precisa vir da Câmara Técnica. Eu não
1203 queria... Eu acho que talvez não fosse adequado fazer essa discussão como
1204 recomendação da Câmara Técnica, mas a ABEMA, a ANAMMA, a sociedade civil,
1205 quem quiser tem possibilidade de dizer: olha, eu vou propor essa questão para ser
1206 discutida. Eu quero limitar um pouco a Câmara Técnica nesse papel.

1207

1208

1209 **O SR. SOLON MAURO SALES FAGUNDES (FURPA)** – Presidente, já fui bem
1210 pragmático e o grupo concordou comigo: os trabalhos estão encerrados. Também fiz a
1211 indicação. Entendo que esse monitoramento deve ser designado agora para o órgão
1212 executivo da Política Nacional do Meio Ambiente. Se vai se articular com a ABEMA... É
1213 claro que é importante nos estados, cada estado tem mais ou menos o sapato apertado
1214 nessa questão. Aí vai... Mas existem tantos monitoramentos nacionais feitos pelo
1215 IBAMA, de missões e coisas que são decisivas para a indústria, então eu acredito que
1216 tem que encaminhar dessa maneira. Para ser conclusivo, que seja dessa maneira.

1217

1218

1219 **O SR. CLÁUDIO DARWIM ALONSO (Governo do Estado de São Paulo)** – Eu acho
1220 que está se deixando de levar em conta uma informação importante no
1221 desenvolvimento do trabalho deste Grupo. Esse Grupo não criou uma rede de
1222 monitoramento especial para análise de fósforo. Ele utiliza basicamente uma análise de
1223 fósforo nas águas de redes de monitoramentos até bastante antigas. Dados eu não me
1224 lembro, mas acho que até dados anteriores à própria Resolução foram utilizados, não
1225 foram? Isso significa o seguinte: existe uma preocupação com fósforo. Nós

1226monitoramos. Os pontos de monitoramento são pontos existentes, a preocupação com
1227eutrofização é real, tanto é que nós monitoramos e eu digo os estados. Então eu acho
1228que essa recomendação é um pouco inócua, porque ela já ocorre. Não há necessidade
1229de fazer uma recomendação de se fazer uma rede de monitoramento para fósforo se
1230ela já existe e ela inclusive é anterior à própria Resolução. Então eu acho
1231desnecessário e ainda entendo que nós deveríamos fechar o ciclo. Novas proposições
1232e novas resoluções podem ser feitas a qualquer momento, eventualmente até na hora
1233da apresentação do trabalho, mas eu fecharia o ciclo.

1234

1235

1236**O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA)** – Eu acho que nós conseguimos aqui um
1237consenso, quer dizer, eu acho que aprovamos a conclusão, as recomendações entram
1238como questões a serem discutidas no futuro, o GT cumpriu o seu papel e são essas as
1239questões que vão ser comunicadas à Plenária. Claro que todos nós aqui podemos,
1240como setor, apresentar sugestões, moções, o que nós acharmos que for adequado ao
1241momento. Concluimos esse ponto? Então, obrigado. Passamos para o ponto 3.3:
1242alteração da Resolução CONAMA 273/2000, Licenciamento Ambiental das Instalações
1243de Postos Revendedores de Combustíveis Líquidos. Gente, se não for muito
1244complicado hoje as próximas duas, talvez nós consigamos terminar pela manhã ainda.
1245Vamos tentar. É Ministério do Meio Ambiente o interessado.

1246

1247

1248**O SR. PAULO CESAR VAZ GUIMARÃES (SMCQ/MMA)** – A proposta do Ministério do
1249Meio Ambiente é que se reveja a Resolução do CONAMA que determina que o
1250Ministério do Meio Ambiente encaminhe, periodicamente, um relatório ao CONAMA
1251sobre a situação dos postos de combustíveis. A questão é: o posto de combustível é
1252um problema ambiental grave e isso não há nenhuma dúvida em função da realidade
1253de contaminação existente. A questão é que é uma atividade de interesse
1254essencialmente local e que quem licencia são os órgãos ou estaduais ou municipais.
1255Então a proposta do Ministério do Meio Ambiente é que, caso o CONAMA tenha
1256interesse, ele pode solicitar diretamente aos órgãos licenciadores a informação. O
1257Ministério do Meio Ambiente efetivamente pouco tem a fazer com essa informação. Nas
1258nossas políticas, nós não temos instrumentos robustos de intervenção para a questão
1259do posto de combustível, sem dizer que não seja importante. É, mas dentro da nossa
1260Federação, houve uma decisão do legislador de atribuir isso ao âmbito local. Então a
1261proposta é: ou se suprime essa necessidade, ou se solicite aos órgãos licenciadores.
1262Outra alternativa possível que a Zilda lembrou agora, que o próprio Cadastro Técnico
1263Federal já exige que os postos de combustíveis sejam lá cadastrados e não o são.
1264Então o próprio CONAMA poderia ter essas informações a partir, vamos dizer, do
1265fortalecimento de Cadastro Técnico Federal.

1266

1267

1268**O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA)** – Não tem uma proposta objetiva de
1269alteração? Então, por favor, apresenta tudo, porque daí fica mais fácil para nós. Então
1270tem uma proposta de alteração da 237.

1271

1272

85

1273 **SR. PAULO CESAR VAZ GUIMARÃES (SMCQ/MMA)** – Item 3.1, se todos
1274 conseguirem ler, essa é a proposta.

1275

1276

1277 **SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA)** – Considerando o Mérito e a oportunidade...

1278 Seja repassada aos órgãos licenciadores?

1279

1280

1281 **SR. PAULO CESAR VAZ GUIMARÃES (SMCQ/MMA)** – Isso. Porque lá diz que o
1282 MMA deve passar essa informação ao CONAMA.

1283

1284

1285 **SR. CLÁUDIO DARWIM ALONSO (Governo do Estado de São Paulo)** – Só para
1286 complementar essa informação, no outro documento do próprio MMA já está numa
1287 forma de artigo um pouco mais... Está assim: os estados encaminharão ao Ministério do
1288 Meio Ambiente, ao final de cada exercício, os dados relacionados aos postos de
1289 gasolina, ou seja, o transfere tudo para o estado e o estado faz o relatório final e
1290 manda. Essa é a proposta que nós não concordamos, mas é a proposta, digamos
1291 assim, um pouco mais clara do que essa... Mas é a mesma, porque a origem é a
1292 mesma e tem a mesma essência. Desculpe. Isso aqui é um documento assinado, que
1293 aliás, é muito chato esse negócio de mandar material escaneado. Você não consegue
1294 ler lá e não consegue ler aqui. Foi assinado em 19/03/ 2009 por Cláudio Orlando
1295 Liberman e pela Fernanda Helena F. Leite. Não sei quem é nenhum dos dois, mas está
1296 aqui o documento que está inclusive disponibilizado no *site*. Eu terei de lá. Mas é uma
1297 documentação nossa.

1298

1299

1300 **SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA)** – Ok. Paulo, quer continuar?

1301

1302

1303 **SR. PAULO CESAR VAZ GUIMARÃES (SMCQ/MMA)** – Acho que a possibilidade de
1304 os estados repassarem...

1305

1306

1307 **SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA)** – Porque na realidade o que está se
1308 propondo é uma alteração do art. 11, pelo que eu entendi. Ali: A Resolução 273... Está
1309 lá: a cada ano, segundo trimestre, a partir de 2003, o Ministério do Meio Ambiente
1310 deverá fornecer ao CONAMA informações sobre evolução de execuções das medidas
1311 previstas nessa Resolução por estado, acompanhadas das (...) pertinentes. O que eu
1312 entendi é que o Ministério do Meio Ambiente não tem conseguido fazer isso porque ele
1313 tem solicitado aos estados e os estados não têm repassado as informações para que
1314 se faça o relatório integrado. É isso?

1315

1316

1317 **SR. CLÁUDIO DARWIM ALONSO (Governo do Estado de São Paulo)** – Só
1318 complementando: que também solicita aos municípios, que hoje também hoje está
1319 bastante municipalizado por ser de efeito local, que também não repassam. Então tem
1320 uma cadeia de não repasse que é bastante complicada.

86

87

1321

1322

1323**O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA)** – Temos um acordo que tem um problema
1324aí. É isso?

1325

1326

1327**O SR. CLÁUDIO DARWIM ALONSO (Governo do Estado de São Paulo)** – Nós
1328temos um problema artificialmente criado. Nós conversamos bastante sobre isso e
1329existem vários documentos colocados no *site* para essa discussão. Um deles assinado
1330pela Suzana. Ele fala que o Departamento de Licença estaria solicitando uma
1331consultoria para fazer isso, porque não consegue fazer. Aí a própria consultoria fala
1332assim: eu também não consigo fazer, porque eu vou nos estados e os estados me
1333mandam para os municípios e eu preciso ir para um monte de município e um monte de
1334município eu não consigo fazer. E realmente é uma cadeia de informações que precisa
1335ser montada. Hoje nós estamos passando... São Paulo tem repassado pouco, diga-se
1336de passagem, mas de uma forma muito cuidadosa, aos municípios a capacidade de
1337licenciamento. Então não seria tão difícil. De qualquer forma existe uma cadeia de
1338informações que precisa ser cumprida para que a informação seja consolidada em
1339termos de país. Nós começamos a discutir bastante: mas me diz uma coisa, para que?
1340O que adianta o Ministério... Você mesmo já levantou isso. O que adianta o Ministério
1341do Meio Ambiente, federal, ter um monte de informação de um monte de posto de
1342gasolina? E faz o que com isso? Se existem questões locais e a questão de posto de
1343gasolina sempre é uma questão local que precisa ser atacada, os órgãos licenciadores
1344que ataquem. Se o Ministério Público não gostou, vai no local específico e ataca.
1345Agora, não é possível nós sugarmos um monte de recurso para uma informação que é
1346questionável em termos nacionais. Eu acho que nós poderíamos sumir com esse troço
1347da Resolução. Some com isso. A informação é do órgão licenciador. Se São Paulo
1348licencia em 20 municípios, os 20 municípios são de responsabilidade do estado. Se o
1349município de São Paulo é o que licencia, é responsabilidade do município de São Paulo
1350prestar informação quando for solicitado. Não vejo para que essa informação estar
1351centralizada. Vamos acabar com esse negócio de império. Eu acho que esse país é um
1352pouco mais...

1353

1354

1355**O SR. SOLON MAURO SALES FAGUNDES (FURPA)** – Independente dessa posição,
1356eu acho que nós temos um... Eu vejo um caso, a primeira impressão que eu tive é que
1357está se querendo puxar o piano ao invés de ajeitar o banco para se acomodar melhor.
1358Há um sério problema de comunicação dentro do SISNAMA. Federal e estadual e
1359municipal também. Nós vamos mexer na Resolução para atender um problema que não
1360é acerto de... Troca de informação. Isso é ruim para a Política Nacional de Meio
1361Ambiente. Está lá na lei, bem claro: todos integram o SISNAMA. Tem que ter um fluxo
1362de informação: para cima, para baixo. Se isso na prática... Aliás, SISNAMA, parou de
1363se falar em SISNAMA no meio ambiente. Depois que a Ministra Marina saiu, acabou-se.
1364Esse é o mal desse país. Acabou-se a questão do SISNAMA. Então eu tenho a posição
1365contrária. Eu acho que tem que o Ministério conversar... E os dados nacionais têm que
1366ser centralizados. Se eles vão efetivamente ter análise gerencial ou não, não sei, mas
1367foi colocado, por algum motivo é importante que seja centralizado nacionalmente. Nós

1368temos computadores aí, tem memória de computador, vai lançando lá. Agora, quem
1369são os mais importantes alimentadores de um banco de dados esses? São os órgãos
1370licenciadores, não tenha dúvida, seja municipal ou estadual. Tem que haver uma
1371integração nesse sentido, não só nisso como em outras coisas, senão não vai funcionar
1372a Política Nacional do Meio Ambiente. Se começar com todos esses empecilhos... Eu
1373acho temerário mexer numa Resolução por conta disso.

1374

1375

1376**A SR^a. PATRÍCIA HELENA GAMBOGI BOSON (CNT)** – Eu concordo com o Solon. Eu
1377acho que isso não vai resolver o problema e o Cláudio Alonso tocou no ponto, para que
1378serve. Eu acho que se o problema é um problema realmente que precisa ser tratado e
1379aí nós vamos retomar aquela iniciativa que era ótima da Comissão Tripartite, que fazia
1380os levantamentos interessantes sobre problemas nacionais que pudessem se resolver
1381dessa forma, e isso é uma iniciativa boa que não foi para frente, eu acho que se isso é
1382um problema, nós temos que fazer um programa para esse problema e vou lembrar o
1383Mais Ambiente, quer dizer, o cadastro, não se faz o cadastro porque hoje o cara, se ele
1384quiser cadastrar, ele tem que pagar uma multa tão violenta e ele tem que pagar desde
13852000 até hoje mais multa, mais correção, ele... Olha, não cadastra mesmo. Ele prefere
1386pagar a multa ou quem sabe molhar a mão de um fiscal do que fazer esse
1387cadastramento. Então ter aquele Mais Ambiente da agricultura, que inclusive retira
1388essas multas e tudo, e faz uma campanha de cadastramento, isso é muito mais eficaz
1389do que simplesmente trocar a ordem dos fatores aí em termos de encaminhamento de
1390informação. Meu medo é até de nós levarmos isso para um Plenário e criar uma
1391polêmica imensa. Vai todo mundo reler essa Resolução: o art. 1º que está ruim, não é
1392só o 8º, e não sei o que. Enfim, eu tenho receio de nós mexermos numa Resolução
1393com muito pouca probabilidade de se ter um bom resultado. Muito pouca, quase
1394nenhuma, sendo que há um problema efetivo que precisa ser resolvido e cujo caminho,
1395para mim, não é rever o art. 11. É outro caminho. É criar um programa específico,
1396retomar a conversa da Comissão Tripartite, enfim, alguma coisa por aí.

1397

1398

1399 **O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA)** – Eu queria fazer uma observação. Eu acho
1400 que... Eu queria concordar com o Solon: ao invés de nós ajustarmos o banco, nós
1401 estamos puxando o piano, porque o que nós vemos? Na verdade, esse problema que
1402 nós temos nesse art. 11 não é só dessa Resolução. É um problema que nós temos de
1403 integração da informação no âmbito do SISNAMA, para o qual nós até já propomos
1404 uma discussão aqui, que nós tivemos que parar por outras questões, que eu acho que
1405 nós deveríamos retomar, mas deveríamos retomar com uma visão crítica do porque
1406 que nós estamos fazendo isso. Porque se nós formos olhar, a maior parte dos estados
1407 hoje já tem seus sistemas de licenciamento informatizado. A maior parte. O próprio
1408 Ministério, através do PNMA financiou, vem há mais de 10 anos financiando a
1409 estruturação desses sistemas, usando já dos sistemas que existiam nos estados e
1410 nesse processo muitas dessas questões de licença já estão lá disponíveis. O que nós
1411 tínhamos que ver é que nesse processo muitas vezes de organização dos sistemas
1412 estaduais de meio ambiente, os órgãos licenciadores são de responsabilidade dos
1413 estados e o sistema nacional, que seria o SISNAMA, que está previsto na própria 6938,
1414 que não é uma base de dados, mas seria uma plataforma de integração, que com (...)
1415 base de dados se nós já vencemos há uns 15 anos, nós não precisamos botar tudo
1416 numa base de dados. O que nós podemos fazer é integração de sistemas e isso não é
1417 muito difícil de fazer e o custo é baixíssimo. Agora, muito desse problema estaria
1418 resolvido se nós fizéssemos uma integração dos sistemas dos estados e os estados já
1419 estivessem integrados com os municípios. Por que eu digo isso? Eu digo isso porque
1420 não dá para nós tirarmos esse art. 11 se nós não apresentarmos uma solução. Nós
1421 temos que ver qual é a solução interessante de nós tentarmos desenvolver. Eu sei que
1422 é um problema, só que esse problema é também na questão lá do acompanhamento da
1423 madeira, do DOF... Todos têm esse problema. Então me parece que é importante. Não
1424 estou querendo dizer que nós não precisamos discutir essa questão dos postos
1425 especificamente, mas eu acho que nós teríamos que chamar um pouco a atenção para
1426 essa questão da integração da informação no âmbito do licenciamento, e eu acho que
1427 talvez fosse importante nós montarmos uma proposta para isso aí, porque aqui nós
1428 corremos um risco muito grande, eu digo assim, como a área ambiental, de puxar essa
1429 discussão e depois não ter resposta. Dizer lá: nós estamos tentando resolver o
1430 problema, tirar o Ministério Público do meu encalço, mas o problema é o seguinte: é um
1431 pouco... Eu digo como alguém que está trabalhando sistema. Eu acho muito
1432 preocupante nos não podermos entrar num portal e integrar, vamos dizer, eu quero as
1433 licenças de estações de tratamento de esgoto na Bacia do São Francisco. Eu até posso
1434 conseguir isso, mas vou ter que entrar em Minas Gerais, eu vou ter que entrar na Bahia
1435 e fazer isso na mão. Nós poderíamos fazer isso num nível nacional. Então eu acho que
1436 nós já avançamos muito e está faltando talvez um pouco de coordenação desse
1437 processo e que esse é um aspecto importante quando nós olhamos a questão dos
1438 postos, porque é justamente a capilarização. Os municípios estão operando. Agora,
1439 daqui para frente vai ser isso. Cada vez mais o papel dos municípios vai ficar forte
1440 dentro do processo de gestão, os estados vão ter que assumir a responsabilidade de
1441 coordenação, porque muitas vezes tem alguns estados que parece que não têm
1442 município, só tem o estado. Tem o sistema estadual e quando você vai ver só tem o
1443 estado. Como os municípios estão integrados no sistema estadual de meio ambiente?
1444 E o próprio Governo Federal tem que ter essa visão que a agenda não é só federal, que
1445 é uma agenda nacional e que ele tem essa responsabilidade de construir esse Sistema

1446 Nacional. Então eu acho que... Não sei. Eu vejo que essa questão aqui puxa outra
1447 questão, que é a questão da integração da informação.

1448

1449

1450 **SR. PAULO CESAR VAZ GUIMARÃES (SMCQ/MMA)** – Volney, eu concordo com a
1451 sua observação, mas só queria realçar que nesse caso não é só um problema de
1452 comunicação e talvez seja o menos. Também nós temos que ver o que nós faremos
1453 com a informação, porque nós imaginarmos que um dia nós teremos todos os sistemas
1454 integrados, o que já seria tecnologicamente possível hoje, o problema não é
1455 tecnológico, você colocar todas as informações que os respectivos setores demandam,
1456 não é funcional. Isso não existe. Nós não vamos ter o grande olhar para tudo. Há que
1457 se selecionar que informação fica disponível a que nível. Não é tudo para todos.
1458 Primeiro, não é funcional, e segundo, é caro fazer isso. Então, quer dizer, pelas
1459 características do papel da União na questão do posto de combustível, esta é uma
1460 informação que de fato é muito pouco útil para ação da política pública ao nível da
1461 União, não no nível estadual e nem no nível local. Poderíamos ter toda a integração e o
1462 dia que nós formos fazer integração nós vamos discutir: mas será que essa informação
1463 é suficiente ou não, será que precisa ter outro módulo que capte outras informações?
1464 Então tem um problema de comunicação? Tem, mas também que informação? Nesse
1465 caso aqui eu diria que do jeito que foi feita a redação no início, foi colocado... Colocou-
1466 se por algum motivo. Bem, pode ter sido um motivo que já não seria mais válido ou que
1467 não vingou. Tem que ver se esse motivo ainda permanece.

1468

1469

1470 **SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA)** – Nós temos só que caminhar um pouco
1471 para fazer o encaminhamento, como é que nós vamos tratar na Câmara.

1472

1473

1474 **SR. CLÁUDIO DARWIM ALONSO (Governo do Estado de São Paulo)** – Até
1475 juntando ao que você falou e o que falou o Paulinho. Esse negócio de... Precisa ver o
1476 quanto a cadeira e o piano são reais e são virtuais, para que serve isso. O que eu quero
1477 saber do Governo Federal se o negocinho de pequena monta que tenha aspecto
1478 exclusivamente local, o que interessa em termos federal saber isso? Agora, se é tão
1479 pequeno assim, dentro do sistema geral de informação é que isso está em pauta?
1480 Agora nós colocamos isso como se isto aqui, se tiver no sistema, é 18ª da 1000ª
1481 prioridade, porque ele é muito pequeno em termos de dano ambiental, ele
1482 pontualmente, do que o conjunto. Eu não acho que é razoável nós pegarmos agora
1483 isso, que isso está em pauta, e colocar como prioridade. Eu acho que é a 1008ª
1484 prioridade. O que nós podemos levantar é a questão geral de se criar um sistema
1485 nacional de informação, que esse não está criado. Fontes importantes não estão
1486 relacionadas. O Volney mesmo fala que a ética é muito mais importante. Em qualquer
1487 postinho de gasolina nós não temos a informação geral e vamos nos preocupar com
1488 posto de gasolina? Ah, dá um tempo. Vamos ter o mínimo de racionalidade em termos
1489 do que é prioritário. Acho que é muito mais prioritário ter um sistema nacional de
1490 informação relativo, como falou Volney, às questões de tratamento de esgoto do que de
1491 posto de gasolina. Eu não inverteria. Eu acho que esse problema é um problema virtual.
1492 O problema maior é o problema de você montar um sistema de informações. Agora, se

100

1493tem determinados setores que querem essa informação simplesmente porque ganham
1494manchete em cima dele, eu não quero saber de manchete. Eu quero saber da questão
1495ambiental. Na questão ambiental, não é prioritário.

1496

1497

1498**O SR. ELIAS ALBERTO MORGAN (ABEMA/ES)** – Eu não vou discordar da Patrícia e
1499do Solon. Concordo com a fala de vocês, mas tenho que concordar em parte com a fala
1500de Cláudio Alonso. Gerar informação é muito bonito. Muito bonito, mas ela vai servir
1501para que? O Paulo inclusive falou na minha frente. Era exatamente isso que eu ia falar.
1502Informações têm que gerar ações. Essa, especificamente, vai gerar que ação? Que nós
1503precisamos de um sistema integrado, com certeza. Com informações relevantes e que
1504gerem ações. Agora, essa vai gerar que tipo de ação? Essa é uma dúvida. Outra
1505colocação do Cláudio Alonso, com todo respeito à sua experiência no CONAMA,
1506também é muito pertinente. Existem casos hoje muito mais importantes de serem
1507tratados no âmbito do CONAMA que não essa questão de postos. Outra coisa que eu
1508queria colocar é: o Cláudio Alonso, que é praticamente patrimônio do CONAMA, essa
1509Resolução é do ano de 2000. Eu espero que ele tenha participado da elaboração dela.
1510Qual era o intuito desse artigo lá naquele momento, que era um sistema totalmente
1511desse informatizado, espalhado? Eu acho que o intuito do artigo, naquela época,
1512deveria ter sentido para concentrar as informações no MMA. Hoje eu não sei se isso é
1513relevante. É essa a colocação.

1514

1515

1516**O SR. WANDERLEY COELHO BAPTISTA (CNI)** – Não querendo contrariar meus
1517colegas dos estados, eu acho que as ONGs, no caso o Solon e a Patrícia de certa
1518maneira têm razão e eu queria chamar atenção para uma questão: pelo que eu me
1519lembro na discussão da Resolução de Áreas Contaminadas, a principal fonte de áreas
1520contaminadas no estado de São Paulo, que se tem levantamento, não se tem no Brasil
1521como um todo, são postos de combustíveis. Isso é um número. Aí que está. A questão
1522é o seguinte, existe um impacto local, pode ser pequeno, normalmente é pequeno, mas
1523pode ser grande também. Agora, o conjunto, eu creio que seja grande. É um número
1524muito grande de problemas de contaminação. Eu sei que o Ministério do Meio Ambiente
1525está trabalhando com a questão da implementação de várias questões da determinação
1526de VT, de valores de referência junto aos estados e tem a questão do levantamento
1527dessas fontes no país, de auxílio aos estados. Então, de repente, o significado que
1528possa vir da importância ambiental dessas informações seja para esse caso. Aí até
1529pergunto aqui à Zilda, que cuidou desse tema dentro do Ministério, se isso não seria
1530relevante, até porque o Cadastro Técnico Federal, pelo que ela falou, não está sendo
1531um instrumento efetivo para o levantamento de informações.

1532

1533

1534**A SR^a. CARMEM LÚCIA VICENTE NÍQUEL (CONFEA/RS)** – Uma pena que o Cláudio
1535Alonso tenha saído, mas eu digo para ele depois de novo que eu discordo da posição
1536dele que postos de combustível não são importantes. São importantes fontes de
1537contaminação do solo. Tanto que a Resolução de Áreas Contaminadas prevê esse tipo
1538de levantamento também. No Rio Grande do Sul, um dos estados que quando saiu a
1539Resolução já praticava o licenciamento, por exemplo, o grande número de demanda de

101

102

1540 áreas contaminadas também no estado do Rio Grande do Sul é oriundo dos postos de
1541 combustíveis. Então eu acho que essa questão, que não é importante do ponto de vista
1542 ambiental, é um pouco minimizar um problema que existe. Talvez para São Paulo as
1543 outras fontes sejam mais importantes, mas para o resto do Brasil... Inclusive quanto
1544 temos postos, 80 postos flutuantes dentro da Amazônia, nós temos o combustível
1545 dentro d'água, eu acho que é uma temeridade dizer que postos de combustíveis não
1546 são importantes. Com relação ao histórico desta situação, nós tínhamos uma crença no
1547 início, no final da década de 90, de que o SISNAMA efetivamente iria funcionar. É o que
1548 o Volney coloca, da importância do sistema de informação nacional. Então algumas
1549 coisas... Não é porque a BMW não tinha gasolina que ela é um péssimo carro para ser
1550 dirigido. Então eu acho que algumas questões têm que ser implementadas no sentido
1551 de buscar essa, que os bancos de dados falem entre si. E a questão municipal, na
1552 maioria dos estados, onde a municipalização está sendo mais vigorosa, um
1553 licenciamento de postos de combustíveis não está indo para o município. Então há que
1554 se ver essa coordenação dessa informação. A ANP está sendo demandada e se ANP
1555 fosse cumprir o que o Ministério Público está pedindo para ANP, a ANP teria fechado,
1556 não, é, Zilda? Nós lá no GMP da Resolução 362 temos acompanhado essa
1557 preocupação. Se a ANP fosse atender à solicitação do Ministério Público, com quem
1558 ela está relutando para cumprir, ela teria fechado grande parte dos postos de
1559 combustíveis no Brasil. Ela tem competência de ter o registro e a habilitação para
1560 funcionar. Não o licenciamento. Mas assim, eu acho temeroso mexer em Resolução
1561 que nem foi implementada ainda.

1562

1563

1564 **SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA)** – Eu queria só fazer uma observação, que
1565 é a seguinte: o objetivo desse art. 11, pelo que eu entendi, é verificar se os postos
1566 estão licenciados. É isso. Basicamente é isso. Não tem outra... Por exemplo, essa
1567 estratégia até que a Carmem... Eu queria ouvir daí também, talvez o Ministério de
1568 Minas e Energia, não tem como a ANP auxiliar nesse processo? O que isso aqui está
1569 pedindo é se os postos foram licenciados. Era isso. Se colocou ali objetivamente. Nós
1570 temos 28 mil postos. Não tem como ANP, num convênio com o Ministério do Meio
1571 Ambiente, operacionalizar esse processo de levantamento de quais são os postos e
1572 onde estão licenciados? Porque já é... Com certeza a ANP teve ter um cadastro de
1573 todos os postos? Eu estou assim. É uma questão de gestão. Não é da Câmara Técnica
1574 isso aqui. Estou trazendo aqui outros aspectos, mas é isso. Porque eu acho muito
1575 desgastante nós retirarmos esse artigo, porque a pergunta que está fazendo é o
1576 seguinte, é um pouco na linha do que o Solon falou. Essa norma está sendo cumprida?
1577 Desses 28 mil postos, 27 mil estão licenciados? Onde é que estão? É isso. Essa
1578 pergunta que está sendo feita. Eu queria que nós também, tentando otimizar o nosso
1579 tempo, como nós organizamos essa discussão? Eu acho que essa questão tem mérito,
1580 Alonso. Ela tem que ter uma resolução. Eu só não sei se ela vai ter hoje essa... Se nós
1581 vamos conseguir fazer essa discussão na forma adequada. Eu acho que talvez tenha
1582 que ter um pouco mais de elaboração, até para chegar nessa Câmara Técnica. Eu não
1583 acho que seja o caso de criar um GT por causa disso também. Acho que daqui a pouco
1584 nós podemos conversar, Minas e Energia, ABEMA. Nós podemos fazer alguma reunião
1585 até informal para ver se nós montamos uma solução que resolva esse problema dessa
1586 273, mas eu realmente não sei se a melhor solução é acabar com esse artigo sem nós

106

1587sabermos o que nós vamos colocar no lugar, porque a pergunta é: os postos estão
1588licenciados? É essa a pergunta que se fez. Eu acho que tem mérito essa pergunta.

1589

1590

1591**O SR. CLÁUDIO DARWIM ALONSO (Governo do Estado de São Paulo)** – Posso dar
1592só uma informaçãozinha desse conjunto de documentos que chegaram aqui do
1593Ministério? Se tentou fazer através de um consultor e nem um consultor que ganha
1594dinheiro para fazer isso quis fazer, dada a dificuldade da coisa. Agora, o que é
1595importante ressaltar é o seguinte, em função da pergunta do Volney: são cinco ou seis
1596estados que já... Eu não estou conseguindo achar aqui nesses documentos todos, mas
1597está documentado, enviaram... São Paulo, Minas, Distrito Federal, sei lá mais o que,
1598Rio Grande do Sul, não me lembro. Enfim, isso aí, dos 29 mil postos, significa quanto?
1599Deve significar um monte, porque é exatamente onde se concentram os postos. Eu
1600acho que existe muita informação já disponível. Não estou conseguindo, mas acho que
1601é só... Não acho que seja o caso, mas são 5, 6 estados que já fizeram esse *report* ao
1602Ministério, ou seja, o número de postos que já estão reportados ao Ministério é grande,
1603porque são os estados mais importantes, que têm o maior número de postos. Então é
1604um certo cavalo de batalha. Eu acho que é um problema virtual que nós estamos
1605criando. Existe *reports* de 5 ou 6 estados, não estou conseguindo localizar quais são,
1606dos postos que foram licenciados, que abrange quase tudo, porque são os estados que
1607têm a frota maior. Então...

1608

1609

1610**A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO (MMA)** – Só vou esclarecer o que o Wanderlei
1611falou à respeito da Resolução 420, vou me restringir a isso. A Resolução 420 está
1612interligada a todas as atividades de licenciamento. Não tem um vínculo direto com essa
1613Resolução. Ela é uma Resolução que foi aprovada para se levantar, se criar valores e
1614indicadores de qualidade do solo, se determinar procedimentos para o gerenciamento
1615de áreas contaminadas. Naturalmente até se discutiu no Grupo, você estava presente,
1616a necessidade de se enfatizar algum setor, por exemplo. Aterros sanitários, lixões,
1617postos de gasolina e nós achamos muito temeroso a Resolução citar determinadas
1618atividades em detrimento de outras. Então eu acho que com o tempo... A Resolução
1619ainda vai demorar uns 5 anos, no mínimo, para ser implementada. Ela tem um trabalho
1620longo pela frente. Até vou aproveitar e dar um informe, senhor presidente, que o
1621Ministério do Meio Ambiente, a SMCQ já iniciou a negociação junto com um centro da
1622USP para poder fazer o treinamento dos estados em implementação da Resolução 420
1623de 2009. Nós temos o maior interesse que os estados realizem e o primeiro passo é
1624capacitar os OEMAs, mostrar àqueles que não se fizeram presentes na elaboração da
1625Resolução tão ativamente, o que ela pretende, como ela vai chegar ao seu objetivo.
1626Depois nós vamos ter outra etapa, que é talvez buscar algum financiamento para esse
1627trabalho ser feito com alguns estados que talvez não tenham como. Mas está
1628interligado. Eu diria que não diretamente ou não. agora, fazer só mais um comentário
1629de ordem geral. Nós temos essa dificuldade hoje de troca de informações, nós temos
1630algumas outras resoluções que tratam disso, mas eu ainda vejo no Cadastro Técnico
1631Federal uma forma de se conseguir essas informações de uma maneira até bem
1632imediate. Acho que se nós tivermos aí uma ação proposta no sentido de melhorar a
1633qualidade das informações, fazer convênio com os estados, que os estados comecem a

107

108

109

1634participar e a usar esse instrumento como fiscalizatório, ele é um instrumento da
1635Política Nacional do Meio Ambiente e é um instrumento que custou alguns anos para
1636ser implementado. Agora, o setor produtivo também ficar alegando que não vai se
1637inscrever porque tem multa e estão cobrando a inscrição desde de 2000, isso é
1638descumprimento da legislação ambiental. isso é... Não é uma justificativa para o não
1639cadastramento. Nós temos que ver outras formas dos órgãos de controle de
1640fiscalização se articularem para colocarem essa informação. Obrigada.

1641

1642

1643**O SR. SOLON MAURO SALES FAGUNDES (FURPA)** – Está se vendo pela
1644informação que o Cláudio Alonso recebeu que a solicitação do instrumento legal da
1645Resolução está em curso. Então alguns estados, os principais estados já informaram.
1646Eu acho que seria agora menosprezar o trabalho de quem já fez o dever de casa. É
1647outro problema que temos aí. Além do mais, outra coisa que eu quero ressaltar é que a
1648informação (...) muitas vezes é precisa, até porque as redes de postos, por exemplo,
1649são interestaduais. É outra informação que às vezes é útil nesse sentido. E outro caso:
1650um banco de dados, sem problema. Tem que colocar muita energia para um banco de
1651dados dar certo. Sempre tem lixo dentro dele. Sempre tem lixo, sempre tem dificuldade
1652de saber. Aliás, eu só conheço um banco de dados que chega perto da perfeição no
1653Brasil: é da Receita Federal. O resto realmente sempre tem problema. Então é isso,
1654obrigado.

1655

1656

1657**A SR^a. PATRÍCIA HELENA GAMBOGI BOSON (CNT)** – Eu só quero pedir desculpa à
1658Zilda por eu ter interrompido. Foi impulso. Mas a verdade é assim, não é bem uma
1659alegação. É um fato que acontece e infelizmente, porque tem até o outro lado, que é a
1660propina que o fiscal recebe. Então, quer dizer, é uma mão dupla e complicada. E a
1661certeza de que o MMA, especialmente o MMA representado por você não está
1662preocupado com a arrecadação. Está preocupado com o resultado, tanto que o Mais
1663Ambiente é nessa linha. Ao invés de multar o pequeno agricultor, ele está facilitando o
1664processo para que o agricultor chegue próximo do cadastro e tudo mais. Então é só
1665para esclarecer que a fala foi essa. Agora, eu vou fazer uma sugestão de
1666encaminhamento. Eu acho, Paulo, que há ainda vários passos a serem dados e
1667amadurecidos no sentido da gestão, muito antes de um passo no sentido da
1668regulamentação e técnico, que é o papel dessa Câmara. Eu solicitaria, como
1669encaminhamento, que esse assunto retornasse para o Ministério, fosse melhor
1670amadurecida essa questão da gestão, seja na linha de se trabalhar com a ANP, um
1671convênio, alguma coisa ou seja nesse sentido do Mais Ambiente, uma coisa dessa
1672linha, desse programa e depois, se constatado que realmente é uma mudança de artigo
1673ou é uma nova Resolução, enfim, que é o caminho, nós debruçaríamos sobre o tema
1674novamente. Esse é o encaminhamento que eu faria. Obrigada.

1675

1676

1677**O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA)** – Mais alguma observação em relação a
1678encaminhamento? Pelo que eu entendi, a Câmara entendeu que a situação não está
1679bem amadurecida para deliberar hoje sobre isso aí. A sugestão que a Dra. Patrícia faz
1680e parece que ela ecoa aqui em todos os nossos participantes da reunião, é que retorne

110

111

112

1681ao Ministério do Meio Ambiente essa questão, que ele monte mais claramente esse
1682quadro de opções que não se construiu aqui uma no convicção no sentido de que essa
1683é a solução. Parece que há outras alternativas que se foram tentadas, elas não foram
1684apresentadas para nós aqui hoje. Talvez vocês já tenham tentado esses caminhos.
1685Então a ideia é que retorne ao Ministério do Meio Ambiente, nós amadureçamos, que
1686se faça uma reunião com os atores e, a partir disso, se for o caso, traga novamente à
1687Câmara de Controle e Qualidade para que nós possamos deliberar sobre... Porque
1688dentro dessa estratégia pode até que ser que nós tenhamos que modificar o art. 11,
1689mas aí dentro de uma clara estratégia de que, para viabilizar esse processo, com esses
1690e esses objetivos, é uma questão de juntar informação, mas juntar uma informação
1691para produzir uma avaliação e uma análise, ela seja efetiva. Então eu acho que não se
1692fecha as portas no sentido de rever, mas... Agora, eu também concordo. Eu acho que a
1693questão de postos é uma questão relevante.

1694

1695

1696**O SR. SOLON MAURO SALES FAGUNDES (FURPA)** – Só corroborando com a sua
1697colocação, eu acho que um ator importantíssimo é do outro lado, é a ABEMA. A
1698ABEMA articular isso para ver, conversar com o Ministério do Meio Ambiente e saber
1699qual é a dificuldade dos estados. A maioria dos estados não forneceu isso. ABEMA e
1700ANAMMA. E aí conversar e saber o que está ocorrendo, quais são as dificuldades que
1701tem do outro lado também.

1702

1703

1704**O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA)** – Certo. Mas eu acho que o Ministério do
1705Meio Ambiente poderia chamar para si a responsabilidade de chamar a ABEMA,
1706ANAMMA, fazer uma discussão sobre esse aspecto, fazer uma discussão junto com a
1707ANP e tentar fazer essa avaliação, traçar esse quadro e aí retornar à Câmara. Pode ser
1708assim?

1709

1710

1711**A SR^a. CARMEM LÚCIA VICENTE NÍQUEL (CONFEA/RS)** – Só uma informação.
1712Como existe um convênio entre ABEMA, SINDRREFINO com relação à Resolução 362,
1713ABEMA, ANAMMA, ANP e já existe este convênio, então algumas ações já foram
1714desenvolvidas nesse sentido. Então a ANP já comunicou isso à ABEMA, como a
1715ABEMA já foi encaminhado ofício a todos os estados solicitando essa informação.
1716Então o que precisa é dar continuidade nesse trabalho.

1717

1718

1719**O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA)** – Obrigado, Carmem. Pode ser assim, Dra.
1720Zilda, Dr. Paulo? Então o Ministério chama uma conversa com ABEMA, ANAMMA, ANP
1721e monta mais claramente esse quadro e aí retorna à Câmara com essas informações e
1722já uma proposta ligada à essa análise. Então encerrado esse ponto. 3.4. Podemos
1723continuar? Vamos lá. Programa de Inspeção e Manutenção de Veículos em uso.
1724Solicitação da ABRACICLO para avaliação e ratificação da tabela de emissões da
1725Resolução 408/2009. Interessado: Ministério do Meio Ambiente.

1726

1727

113

114

1728**SR. MÁRCIO BERALDO VELOSO (IBAMA)** – Boa tarde. Sou do IBAMA, da
1729Diretoria de Qualidade Ambiental e onde está a execução do PROCONVE – Programa
1730de Controle de Emissões Veiculares e o que ocorre nesse momento é o seguinte: a
1731Resolução 418 foi aprovada e durante a reunião da Plenária, essa Resolução sofreu
1732algumas alterações daquilo do que foi proposto e aprovado na Câmara Técnica de
1733Controle Ambiental e o que está ocorrendo é que alguns dos valores que foram
1734aprovados para limitação no controle das emissões de alguns modelos de veículos, de
1735anos de fabricação de alguns veículos, ficou mais restritivo do que os valores de
1736homologação. Então essa é a situação. Então, o que está se propondo no caso, e eu
1737queria ampliar: não é só o caso que a AMBRACICLO colocou. A ANFAVEA também
1738encaminhou um documento, no caso relacionado à veículos automóveis, em que houve
1739também uma proposição e foi aprovado, limites de emissão para veículos em uso mais
1740restritivo do que os valores de homologação. Então o que se propõe aqui, nesse caso,
1741é que a tabela que foi aprovada na Câmara Técnica de Controle Ambiental, quando da
1742aprovação da proposta que veio a ser a 418, que a tabela volte a ser aquela aprovada
1743na Câmara Técnica de Controle Ambiental, tanto para motocicletas, quanto para
1744automóveis. Se vocês fizerem, por favor, uma verificação, nessa tabela que está
1745mostrando ali agora, os limites que estão propostos ali na última linha, que foi aprovado
1746a partir de 2009, esse limite que está aprovado para monóxido de carbono corrigido é
1747mais rigoroso do que está sendo homologado hoje. Os veículos estão sendo
1748homologados com limitação de... Acho que de 5 gramas ou 4,5 gramas... É de 6
1749gramas?

1750

1751

1752**A SR^a. LORENZA ALBERICI DA SILVA (SMCQ/MMA)** – Essa segunda fase, no caso
1753de... Que foi inserida a partir de 2011, no caso, o monóxido de carbono corrigido, pelo
1754PROMOTE, a Resolução que está em vigor agora é a 297, de 2002, os limites de
1755homologação para CO corrigido seriam para, no caso, 2003 a 2009, nessa fase.
1756Veículos fabricados abaixo de 250 cilindradas, o valor de CO é 6 e ali está como 4,5.
1757Acima de 250, o valor é 4,5 de fato. Mas aí no caso de um veículo com menos de 150,
1758se ele está sendo homologado a 6%, como ele vai atender 4,5? Porque o veículo
1759homologado é o veículo novo, é o veículo que sai da fábrica. O veículo que está em
1760circulação, embora o proprietário, mantendo aquelas especificações do fabricante, ele
1761consiga até mais ou menos, uns 80 mil quilômetros, manter aquele nível de emissão, o
1762veículo está sujeito à depreciação. Então a tendência é que ele vai emitir mais ao longo
1763do tempo e nós não entendemos ser razoável cobrar de um veículo em circulação o
1764mesmo nível de emissão que se cobra de um veículo que está saindo hoje de fábrica.
1765Então a nossa proposta, MMA também, é que sem volte à tabela inicial. Adriano, por
1766gentileza, você poderia projetar a demanda da ABRACICLO, a segunda folha, aquela
1767onde tem as duas tabelas? Então a primeira tabela é a proposta que surgiu do Grupo
1768de Trabalho e que foi aprovada pela Câmara Técnica, onde se tem então até 2002,
17692002 a 2009, 2010 em diante. Na verdade, a fase 2010 não é uma fase diferente. O
1770PROMOTE não tem uma fase a partir de 2010. Os veículos fabricados em 2010
1771atenderiam aos mesmos limites de emissão hoje dos veículos 2009. Ele estaria na
1772mesma fase do PROMOTE, que é a Resolução 342, se não me engano, de 2003.
1773Então essa primeira tabela tem os limites de CO por cento, 6 e 4,5, que são os mesmos
1774limites de homologação do PROMOTE, pela 297. E 2010 em diante, a proposta que

1775existia, que saiu do Grupo, foi que seriam estabelecidos limites até 31 de dezembro de
17762010 para esses veículos, ou novas fases. Só que isso não foi definido. Isso não
1777ocorreu. Nós entendemos que, até que não existam esses limites, que não se definam
1778esses limites, valem os mesmos limites para uma moto fabricada em 2009. Então na
1779Plenária, na verdade eu estou falando, mas eu não estava presente na Plenária. Tinha
1780acabado de ter filho. O Rudolf, que era o Coordenador desse GT também estava
1781hospitalizado, então na Plenária foi inserida essa segunda fase, mas a questão aqui
1782não é discutir o limite em si, porque eu acho que as discussões de limite têm que ser
1783feitas no âmbito de um GT, onde existem os especialistas que vão dizer se o limite é
1784razoável ou não e tampouco essa discussão pode ser feita uma proposição na Plenária
1785sem uma prévia discussão. Então a nossa idéia é que, se alguma entidade quer propor
1786novos limites, que essa discussão seja feita em âmbito de GT e que aqui nós
1787defendamos que se volte à tabela aprovada pela Câmara Técnica. E da mesma forma...

1788

1789

1790 **SR. MÁRCIO BERALDO VELOSO (IBAMA)** – Aí, complementando, tem o
1791documento do IBAMA aí? Podemos colocar, por favor? No segundo parágrafo, da
1792mesma forma como eu coloquei aqui, eu não sei qual é o motivo que o documento... A
1793ANFAVEA também encaminhou para nós um documento e o Ministério do Meio
1794Ambiente, a Lorenza me informou que também recebeu esse documento, mas esse
1795documento, pelo visto, não chegou no CONAMA e trata-se de um documento que pede
1796também alteração na tabela dos limites... Das exigências dos limites de monóxido de
1797carbono para veículo em uso, que no que foi aprovado na 418, foram aprovados
1798valores... No anexo 1, na tabela 1, foram aprovados limites, para veículos fabricados a
1799partir de 2006, de CO corrigido com 0,3%. Esses valores são bem mais rigorosos do
1800que os valores de homologação que, na Resolução 315, os valores de homologação, e
1801eu tenho aqui a Resolução 415, os valores de homologação para monóxido de carbono
1802é de 0,5%. Então esses valores são muito mais rigorosos do que os valores para
1803homologação. Então há que se levar em consideração também que a condição de
1804ensaio de homologação é uma condição toda regulamentada por norma, em condições
1805perfeitas, com combustível padrão e que não é a mesma coisa que ocorre com o
1806combustível dos veículos que vão para a inspeção veicular, ou seja, colocar limites
1807mais rigorosos, fica meio irreal. Então a proposição é que aqueles valores também
1808voltem, mantenha-se o 0,5, ou seja, onde está ali na linha 2003 - 2005, que se coloque,
1809a partir de 2003, que o limite seja 0,5. Que aquela última linha seja retirada e que a
1810linha onde está 2003-2005, que ela fique “a partir de 2003”, que de 2003 em diante ou a
1811partir de 2003, porque o limite de homologação é 0,5%.

1812

1813

1814 **SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA)** –Concluiu IBAMA e Ministério?

1815

1816

1817 **SR^a. LORENZA ALBERICI DA SILVA (SMCQ/MMA)** – Eu queria saber se ficaram
1818claros os dois pleitos, que o pleito da ANFAEA se refere à tabela 1 do anexo 1, o limite
1819de emissão de CO corrigido para os veículos a partir de 2006. Então se propõe que, ao
1820invés de 0,3, se coloque de 0,5, que é o valor de homologação da fase atual do
1821PROCONVE, que está na Resolução 315, de 2002 e que, no caso das motocicletas,
1822que é a tabela 3 desse mesmo anexo 1, nós voltemos para a tabela que foi aprovada

119

120

121

1823na Câmara Técnica e que as discussões de limite, que as discussões nesse mérito,
1824sejam encaminhadas para o GT, que é onde existem os especialistas de vários setores,
1825que vão poder chegar a números talvez mais adequados, mas nós entendemos que
1826não é razoável nós exigirmos de um veículo em circulação, um limite mais restritivo do
1827que aquele que nós exigimos de um veículo novo. Acho que nós não podemos, na
1828inspeção, ser mais rigorosos do que no PROCONVE e no PROMOTE.

1829

1830

122

123

1831 **O SR. CLÁUDIO DARWIM ALONSO (Governo do Estado de São Paulo)** – Eu não
1832 vou entrar muito em detalhe técnico, mas eu questiono bastante o procedimento que foi
1833 feito para apresentação desta matéria. Eu não aceito que esta Câmara Técnica vá
1834 contestar uma Resolução do CONAMA feita em novembro. Você mesmo agora estava
1835 falando. A Resolução nem foi posta em prática, o que já estão questionando? Ontem
1836 mesmo a Patrícia falou assim: quem é o mandatário? O mandatário que é a
1837 ABRACICLO? Ela vai me dar a dimensão do que eu faço? Porque a ABRACICLO que
1838 está solicitando. Eu não aceito que se passe por essa Câmara uma Resolução que não
1839 tenha o aval do CONAMA, porque eu estaria desmoralizando A Plenária caso ela não
1840 dê esse aval para rever o que fez recentemente. Então eu acho que o procedimento de
1841 apresentação nessa Câmara é absolutamente inadequado. Isto será apresentado à
1842 Plenária do CONAMA de qualquer maneira, queira quem quiser, queira quem não
1843 quiser. Isto vai ser apresentado ao CONAMA desta forma. Tecnicamente não existe
1844 nenhuma limitação. Eu não vou entrar em discussão técnica, mas que não pare
1845 algumas dúvidas ou algumas minhocas nas cabeças, existe sim um critério de
1846 homologação, mas existe sim e agora a cobra vai fumar, existe um programa de
1847 inspeção e manutenção que diz que todos os valores estão praticamente abaixo disso e
1848 é nessa base que nós fizemos a apresentação. Lembrem-se que se nós formos
1849 estritamente largos no programa de inspeção, este programa vai ser aquilo que eu
1850 sempre acusei que ele seria e me parece que ele está tendo essa cara, de ser um mero
1851 programa arrecadador de dinheiro da empresa que faz e do órgão ambiental que
1852 também o faz. Nós caímos seriamente nesse erro se nós não tivermos o cuidado que
1853 ter a rigidez que a tecnologia exige. Falo um monte de exemplos. O primeiro: foi
1854 proposta de São Paulo que a primeira inspeção fosse feita após 3 anos de vida.
1855 Apresentaram-se dados que eu contesto em Plenária, mas eu não tive oportunidade de
1856 contestar na hora, no qual é absolutamente inútil a inspeção do veículo nos 3 primeiros
1857 anos, mas apresentaram-se os dados do tipo: 5% desta frota está desregulada. Eu
1858 precisaria contestar. Isso não foi apresentado na Câmara Técnica. Não foi apresentado
1859 no Grupo de Trabalho. Foi apresentado na Plenária também. Só que por quem? Pela
1860 empresa que mantém o sistema de inspeção em São Paulo. Muito bem. 5% da frota
1861 nova. Agora, não me diz o quanto desses 5% excedia o valor. Quanto é esses 5% da
1862 frota total e essa pequena excedência do valor significa o que em termos de qualidade
1863 ambiental para que eu possa exigir de uma parcela da população que pague um tributo
1864 sobre o que não precisa. Então eu não gostaria que essa Câmara deliberasse nada
1865 sem que isso passasse pela Plenária, porque a Plenária acabou de aprovar essa
1866 resolução e se a Plenária autorizar, sim, nós vamos rever. Agora, nós vamos bater
1867 firme. Nós vamos bater firme, porque os programas de manutenção têm indicado o
1868 seguinte: não é que o programa de manutenção, do jeito que está composto, está
1869 rígido. O que está frouxo é o limite de emissão e talvez nós vamos ter que pensar
1870 baixá-los, porque existe agora bastante dado técnico em que pese 1, 2, 3 anos de uso,
1871 Roberto, apesar disso, os valores estão menores da metade do que os valores de
1872 homologação. Provavelmente os valores de homologação estão muito altos e não
1873 esses muito baixos. Eu estou fazendo aqui a defesa de um programa ambiental e não a
1874 defesa do programa arrecadador de dinheiro. Vocês podem ver, por exemplo, a
1875 proposta do Governo Federal que trata de... O Rudolf estava presente quando fomos à
1876 essa Câmara e os dois tivemos o mesmo discurso: na Câmara Federal existe uma
1877 proposta para análise de inspeção veicular, tanto no que diz respeito à segurança,

1878 como no que diz respeito à questão ambiental. Aquilo é um programa arrecadador de
1879 dinheiro. 5% para o Ministério de não sei o que, 20% para o Ministério do não sei o que
1880 lá. Efetivamente para o trânsito ia o que? Efetivamente para o meio ambiente iria o
1881 que? Nós precisamos tomar muito cuidado. Eu tenho muita dúvida quanto a esses
1882 programas, que eles vão se desviar do objetivo principal e vão se transformar em
1883 aspectos arrecadadores. Se é para fazer, é para fazer direito, com seriedade. Hoje nós
1884 temos muitos dados que os programas de manutenção já estão revelando que o que
1885 está fraco é o critério de homologação e não é que está forte o critério de aprovação,
1886 mas não vou entrar na questão técnica. Estou colocando para que não parem dúvidas
1887 em algumas questões que já foram levantadas, mas não vou discuti-las. Estou apenas
1888 esclarecendo. Acho que o procedimento está errado. Ele tem que passar primeiro pela
1889 Plenária, para que a Plenária nos autorize a rever o que eles fizeram.

1890

1891

1892 **O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA)** – Eu só queria colocar que a Presidência
1893 está seguindo o Regimento. Recebeu essa solicitação, tem dois pareceres técnicos e
1894 discordamos desse entendimento, que é entendimento mais político que é regimental.
1895 Bom, aí essa discussão é outra discussão. Não essa que estamos conduzindo aqui.

1896

1897

1898 **O SR. SOLON MAURO SALES FAGUNDES (FURPA)** – Eu desconhecia o segundo
1899 pleito, da ANFAVEA. O primeiro eu já tinha conhecimento dessa situação e isso nos
1900 deixa entre a cruz e a espada, porque o GT que se propôs executou, foi muito bem
1901 coordenado pelo Rudolf. Ele se propôs a juntar aquele monte de Resolução e trabalhar
1902 nesse sentido. Ele teve, apesar do curto espaço de tempo, um bom aproveitamento e
1903 uma boa participação. Na época, eu até como profissional da área, dessa área de
1904 equipamentos, a ABARACICLO foi bem clara nas dificuldades de controle. Apresentou
1905 tudo, principalmente as motocicletas com carburador, as dificuldades. E passou.
1906 Passou pelo grupo técnico, passou por essa Câmara e chega na Plenária e vem o outro
1907 lado. A Plenária é soberana. Está aí um aprendizado para nós, saber como trabalhar
1908 essa questão. Corremos esse risco até com a 357, quando chegar lá. Temos que
1909 trabalhar essa questão. Então, aí nesse ponto eu concordo plenamente com o Alonso,
1910 de que não pode a Câmara Técnica deliberar alguma coisa. Eu acho que agora o
1911 assunto em Plenária. A Plenária é soberana. Tem que se fazer uma argumentação das
1912 dificuldades tecnológicas, dificuldades técnicas atuais, tem que ter a ampla defesa da
1913 impraticabilidade, que eu acho que a Plenária vai entender, porque pode se incorrer em
1914 um risco aí de ir para a questão judicial e aí desmoraliza até a instituição, CONAMA,
1915 nesse aspecto. No momento que for (...), o colegiado estando participativo fica com um
1916 problema aí numa Resolução. Então eu acredito que essa solução tem que se
1917 argumentar as dificuldades e encaminhar para a Plenária. A solução tem que ser dada
1918 pela Plenária.

1919

1920

1921 **O SR. WANDERLEY COELHO BAPTISTA (CNI)** – Que eu me recorde, não é a
1922 primeira vez que saem resoluções aprovadas pela Plenária com problemas e talvez não
1923 seja a última vez. Claro, Plenária é soberana, sabemos disso. Só que um assunto
1924 técnico foi discutido dentro dessa Câmara. Foi criado um GT, houve uma ampla

1925 discussão sobre esse tema. Eu não acompanhei esse tema e nem acompanhei a
1926 aprovação de Resolução em Plenário. Estou aqui com a transcrição da reunião até para
1927 poder entender o que aconteceu, o que motivou a mudança dos valores na Plenária. O
1928 senhor Wintter, da CETESB, colocou questões dos padrões que estavam sendo
1929 propostos eram muito flexíveis e estava propondo, até cita aqui na transcrição padrões
1930 de Taiwan, da Tailândia e da Indonésia. São padrões mais rigorosos que os praticados
1931 no Brasil. Tudo bem. O que nós estranhamos e o que nos motivou a apresentar dentro
1932 dessa Câmara Técnica, que discutiu tecnicamente, que debateu, discutiu a fundo com
1933 todos os conselheiros e aprovou-se uma tabela com dados que refletem, no caso, a
1934 realidade da discussão, que isso fosse mudado numa Plenária sem a discussão ampla
1935 técnica, porque aí houve falhas, sabe, Cláudio? Porque o setor não estava presente lá.
1936 Tudo bem. Mas criou-se um problema sério e essa é a questão que tem que ser
1937 colocada aqui, porque a Câmara, como aconteceu com pilas e baterias, que teve que
1938 reformar a Resolução recentemente, não podemos esquecer disso, passou pela
1939 Câmara também. A Plenária sempre vai dar a última plenária, sabe, Solon? São eles
1940 que mandam mesmo, mas nós queríamos ter um acordo técnico para que isso chegue
1941 à Plenária fortalecido para dizer o seguinte: o que foi proposto não dá para ser
1942 cumprido. Na nossa visão não dá para ser cumprido. O que está se pedindo aqui são
1943 valores de emissão para o qual os projetos e os equipamentos não foram projetados.
1944 Pelo menos o entendimento da documentação que nós recebemos e estamos
1945 defendendo aqui, eu acho que o Ministério do Meio Ambiente e IBAMA concordam com
1946 isso. E o detalhe interessante, importante a ser colocado é que uma vez colocado isso
1947 em prática, milhões de veículos poderão ser retirados, porque tecnicamente não
1948 poderiam ter esses limites. O Cláudio está contradizendo essa informação. Agora, eu
1949 acho que tem que ser debatido aqui na Plenária, mas não temos condições de debater.
1950 Temos condições de levar isso amadurecido para que haja uma reavaliação. Essa é a
1951 nossa opinião em relação a essa questão. Obrigado.

1952

1953

1954 **A SR^a. PATRÍCIA HELENA GAMBONI BOSON (CNT)** – Em primeiro lugar, nós não
1955 podemos esquecer que a Câmara Técnica é assessora do Plenário. Então esse
1956 assunto tem que vir para cá primeiro para que nós assessoremos o Plenário da maneira
1957 que nós acharmos correta. Se o Plenário vai concordar conosco ou não, é outro
1958 problema. Então o encaminhamento está corretíssimo. Ninguém está dizendo que nós
1959 vamos decidir aqui e vai fazer uma mudança na Resolução lá no Ministério e morreu o
1960 assunto. Nós estamos dizendo: não, nós temos que amadurecer o assunto aqui para
1961 assessorar a Plenária de maneira adequada. É assim que funciona. Nunca entendi
1962 diferente, contrário. Então isso é ponto pacífico. É claro que quem vai dar a última
1963 palavra é o Plenário. Ninguém está duvidando disso, mas nós temos que tratar do
1964 assunto aqui, porque nós fomos instados a assessorar o Plenário para essa decisão.
1965 Para mim, esse assunto está morto, no meu entendimento. Segundo, o Cláudio Alonso
1966 falou muita coisa da maior importância e eu só quero registrar, se alguém recuperar,
1967 que a CNT se colocou dessa forma o tempo todo. Não se pode falar em inspeção
1968 veicular ligada à melhoria da qualidade do ar se você não falar em um programa de
1969 renovação de frota, porque ou você vai tirar todo mundo da rua ou você vai ficar
1970 fazendo inspeção só de carro novo, porque se fizer inspeção de carro velho, meu
1971 amigo, vai tudo para o olho da rua. Você vai ter que trancar esses carros, e não são
1972 poucos, especialmente caminhões que circulam em grandes cidades, porque são
1973 caminhões que não aguentam longas distâncias, então eles circulam ali mesmo, no
1974 urbano. É ali que eles ficam, levando para portos, para não sei o que e são caminhões
1975 que nem por decreto atendem as questões que estão postas aí. Tudo que você falou,
1976 Cláudio, sobre arrecadação, concordo. Concordo com tudo, mas, na minha opinião, não
1977 tem nada a ver com o que está sendo colocado aqui hoje. Nada. O que está sendo
1978 colocado aqui hoje, aí eu peço a compreensão de todos, é o seguinte: eu tenho dois
1979 valores incompatíveis: um de homologação e um da inspeção e aí vocês têm que olhar
1980 é para mim, eu, usuário, CNT, Pedro e Bino, o homem lá do táxi, eu. Tem que olhar
1981 para mim. Eu fico igual azeitona em boca de banguela, porque ou é o da homologação
1982 ou é o da inspeção. Então o que o MMA está pedindo de maneira absolutamente
1983 racional, coerente, não é flexibilização, não é abrir as portas, não é nada. É
1984 compatibilizar a tabela com uma realidade. O carro tem uma tecnologia específica. É
1985 aquele carro. A marca vai evoluir, mas é aquele, aquele que está comigo, ele não vai
1986 evoluir. Ele tem aquela... Quem dera ele se decompor. Ele fica aí para a eternidade.
1987 Devia ter um mecanismo para decomposição mesmo. Ele vai com aquela tecnologia até
1988 o fim da vida dele e é isso que as pessoas estão querendo compatibilizar. Esse é um
1989 ponto. Porque senão eu vou ficar como uma louca. Eu não estou entendendo em
1990 momento nenhum que está se flexibilizando nada. Está se mantendo coerência. E aí eu
1991 até faço uma meia culpa, porque a nossa percepção... E aí eu faço meia culpa diante
1992 daqueles que eu represento, porque na nossa percepção quando da aprovação, a coisa
1993 está tão bem saturada na Câmara Técnica que eu não percebi, como Conselheira, que
1994 houve essa mudança em Plenário. não percebi. Isso aí é meia culpa. Estou quase igual
1995 aqueles meninos do CQC, assinando... É porque você não viu. O cara do CQC saiu
1996 pedindo para os deputados aprovarem uma PEC e eles aprovaram, e era colocar um
1997 litro de cachaça dentro da cesta básica. E todos os deputados aprovaram sem ler.
1998 Então, quer dizer, eu realmente relaxei nesse aspecto. Nós ficamos muito preocupados
1999 com os artigos. A tabela era uma coisa que estava tão amarrada que na época eu nem
2000 me lembro que isso mudou e mudou mesmo e eu lembro, vocês são testemunhas de

2001que tentou mudar na Câmara Técnica e houve toda uma argumentação técnica de que
2002era impossível e infelizmente lá mudou e variou. Então é isso que tem que ficar muito
2003claro: não há flexibilização de absolutamente nada. O que há é uma compatibilização
2004com o que está aí, o que existe, inclusive mudando data. Não está nem mudando o
2005padrão. Está mudando data. Está dizendo que vamos começar a contar a partir de 2000
2006e tanto. Isso é uma coisa absolutamente defensável, isso é uma coisa absolutamente
2007fácil de se colocar na Plenária. Infelizmente nós colocamos a mão onde o chapéu não
2008alcança. Temos que dar uma revisada, até pela credibilidade do próprio CONAMA,
2009porque vai alcançar sim. Todo mundo está topando evoluir nas tecnologias, mas não
2010vai alcançar o passado, as motos que já estão na rua, os carros que já estão na rua. Eu
2011não posso recolher carro e falar: vem cá que vou trocar seu motor. Eu não posso. Isso
2012não tem realidade. Então eu acho que nós... Houve uma série de confusão. Eu sou
2013contra o programa de inspeção também, a CNT se colocou. Não é contra. Não pode ser
2014dessa forma. Tentamos via mudar... Você lembra, Volney, nós tentamos mudar aquela
2015Câmara, colocar uma Câmara um pouco mais institucional. Não deu certo, mas uma
2016coisa, o seu discurso não tem nada a ver com o que está sendo proposto e pedido aqui,
2017Cláudio. Lamento, mas uma coisa não tem nada a ver.

2018

2019

2020**O SR. ROBERTO ALVES MONTEIRO (SRH/MMA)** – Eu não acompanhei detidamente
2021esse tema, mas 3 coisas se apresentam me incomodando nesse processo: coerência
2022técnica, legal e direito do consumidor. A Patrícia foi brilhante nas suas colocações.
2023Coerência técnica, porque um veículo projetado, dimensionado para atender aos
2024requisitos e aí não questiono, como o Cláudio Alonso falou, se o requisito está
2025maleável, está flexível ou não está; o problema é: há um requisito, o projeto foi feito e
2026dimensionado para atender aquele requisito. Então esse é o valor de homologação. No
2027aspecto legal, valor homologado significa valor que é aceito e permitido legalmente.
2028Isso rebate no direito do consumidor porque veículo só se deteriora, se degrada.
2029Veículo não se aperfeiçoa. Veículo não sai da fábrica hoje emitindo 5 e amanhã vai
2030emitir 0,3. Então o direito do consumidor, o consumidor poderá ver reprovado o carro
2031que comprou de 94, 95, ou de 2000 que estava homologado para 0,25 e hoje está
2032emitindo 1 e vai ser emitido 0,3. Então ele terá uma faixa de reprovação muito maior.
2033Ainda tem mais uma questão nesse processo, que você legalmente... Não dá para... Eu
2034tenho outro tema que passou aqui na cabeça, mas lamentavelmente estou ficando
2035velho, estou esquecendo. Depois, se houver oportunidade, u me lembro e coloco
2036agregando essa questão que foi colocada pelo IBAMA, que efetivamente tem que ser
2037atendida. Não é uma flexibilização. No meu modo de ver, há um erro e desculpe a
2038expressão grosseira, que o erro é grosseiro nesse processo.

2039

2040

2041**O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA)** – A minha idéia é ver como nós
2042encaminhamos esse processo. Eu queria fazer um acordo com vocês, quer dizer, eu
2043não sei se nós temos condição de deliberar hoje sobre essa questão. Nós não temos
2044aqui, na forma de Resolução, uma proposta. Eu acho que podia até ter sido
2045encaminhada sob uma forma de Resolução. A minha sugestão é que nós retomemos
2046essa discussão nessa próxima reunião já com uma proposta de redação adequada e
2047que se for um caso de urgência, nós peçamos urgência, se a questão do erro for tão

2048grosseiro e houver esse entendimento... Eu estou tentando acomodar, estou
2049consultando a Câmara sobre o encaminhamento. Se houver uma questão de urgência,
2050eu queria entender essa questão do cronograma também, então você pode explicar um
2051pouco, talvez o IBAMA e o Ministério, até quando que esse erro, se for o caso, deveria
2052ser, vamos dizer assim, resolvido, concertado. Então a idéia seria de nós... Eu não sei
2053se nós... Eu consultaria se vocês se sentem confortáveis de votar já uma questão
2054dessas hoje. Seria o caso daí de verificar se há esse entendimento, se todos entendem
2055que a proposta original da Câmara Técnica é a que tem que ser mantida, nós até
2056podemos deliberar no sentido de retornar àquelas tabelas originais aqui nesse sentido.
2057Agora, eu gostaria de saber se vocês se sentem confortáveis, porque poderia ter até
2058um pedido de vistas em relação à essa temática, regimentalmente.

2059

2060

2061**O SR. MARCIO RODRIGUES ALVES SCHETTINO (Governo Municipal da Região**
2062**Sudeste)** – Senhor Presidente, o fato de não ter sido apresentada uma nova Proposta
2063de Resolução é exatamente porque a Proposta de Resolução é aquela aprovada na
2064Câmara Técnica anterior à aprovação da 418. O que se propõe é que aquela Proposta
2065de Resolução que foi aprovada na Câmara Técnica, as tabelas, que elas voltem
2066integralmente, só isso. Por isso que não foi feita nenhuma proposição de uma nova
2067regulamentação.

2068

2069

2070**O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA)** – A minha questão minha é procedimental.
2071Não é essa. A questão é a seguinte: eu tenho que votar em alguma coisa ali, que vai
2072ser uma Resolução, onde você vai ter ali... Valem essas tabelas, tabela 1, tabela 2,
2073para a Resolução. Modifica a Resolução tal. É isso que nós teríamos que escrever aqui,
2074até porque esse negócio já deu problema uma vez. Eu gostaria que nós tivéssemos
2075clareza sobre o que estamos deliberando aqui. É essa a minha preocupação. Não é
2076uma questão... É por isso que eu estou consultando o encaminhamento com relação ao
2077nosso processo de decisão aqui.

2078

2079

2080**A SR^a. PATRÍCIA HELENA GAMBOGI BOSON (CNT)** – Só para também objetivar o
2081encaminhamento, nós não podemos só pedir para voltar àquela Resolução porque
2082houve modificações de artigos durante o Plenário. então nós estamos falando
2083simplesmente de alguns pontos da tabela. Nós estamos falando exatamente apenas
2084sobre isso. Então eu achava que talvez preparasse alguma coisa com considerandos,
2085inclusive muito bem feitos no sentido disso, reforçando que não é uma flexibilização,
2086mas é uma adequação. Como eu não posso mudar os dados de homologação, eu não
2087posso mudar esses dados. Esses dados já foram homologados e os automóveis já
2088foram feitos legalmente com aquela homologação. Como eu não posso mudar essa
2089homologação, eu só posso mudar os padrões que foram ali postos e pontuando os
2090padrões que têm que mudar, pontuando mesmo. Mudar na tabela 1 padrão X, mudar na
2091tabela 2 a data tal e mudar na tabela... Entendeu? Bem pontual mesmo para não
2092causar um alvoroço, porque esse assunto geralmente é muito sensível. O Ministério
2093Público de São Paulo se envolveu. Eu fico imaginando a procuradora vendo isso
2094mudar, o alvoroço. Vai ser um revoar de pássaros. Então não podemos cair nesse

142

2095risco. Então talvez seja melhor preparar mesmo, colocando os considerandos muito
2096fixos no sentido de que não é flexibilização. Isso tem que contar no considerando, mas
2097que se trata simplesmente de adequação dos dados da homologação, que não tem
2098como mudar mais, porque já aconteceu, com os dados dos padrões.

2099

2100

2101**O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA)** – Essa é a minha preocupação, porque
2102esse tipo de coisa às vezes pode dar, no calar da noite se votou, entre um jogo do
2103Brasil e outro, a flexibilização. Não é isso que nós estamos querendo. Eu acho que nós
2104temos muita clareza isso. Agora, é importante que traga para essa Câmara uma peça já
2105que nós possamos deliberar e entre esse período da próxima reunião, nós devemos
2106esclarecer vários setores, eu acho que essa é uma questão que o Ministério do Meio
2107Ambiente tem que fazer, chamar esses setores do CONAMA, explicar a esses setores o
2108que está sendo feito, porque se for necessário e o nível de consenso for grande, nós
2109poderemos até pedir urgência sobre esse processo na própria reunião ou apresentar na
2110própria, porque na realidade hoje eu estou prevendo que na atual... Nós vamos precisar
2111de duas reuniões de Plenária para resolver esse problema, no mínimo, ou nós pedimos
2112urgência nessa, ou pauta nessa próxima e alguém vai pedir vistas e vai entrar na outra.
2113Então eu estou trabalhando com essa dinâmica já, porque... Por isso que eu estou
2114dizendo: não adianta nós correremos demais e não cuidar do procedimento. A minha
2115recomendação, não sei... Poderia ser de retirarmos de pauta hoje essa... Quer dizer,
2116encerrar a discussão, sugerir ao Ministério do Meio Ambiente que retorne na próxima
2117reunião com uma proposta já de Resolução nesses termos que a Dr^a. Patrícia
2118mencionou, porque nós não estamos recuperando aquela Resolução antiga. Nós
2119estamos, na realidade, fazendo uma alteração em duas tabelas. Então essa Resolução
2120vai ser isso e explicando muito bem o porquê, quer dizer esses considerandos... Eu
2121acho que também talvez seja interessante fazer uma razão um pouco mais consistente
2122para dar suporte a esse processo de discussão pública que vai vir depois. Eu estou
2123recomendando isso ao Ministério do Meio Ambiente e ao IBAMA, porque trata-se de
2124uma questão que tem que ter muito cuidado. Muito sensível. Eu acho que... Depois eu
2125acho que nós podemos conversar um pouco mais sobre isso, depois da reunião. Eu
2126queria só passar para o Roberto, depois o Solon.

2127

2128

2129**O SR. ROBERTO ALVES MONTEIRO (SRH/MMA)** – Muito rapidamente, senhor
2130Presidente, é só no sentido de que uma coisa: nesse caso aqui, como eu não
2131acompanhei, estou me posicionando mais como consumidor e como consumidor eu
2132vejo uma questão, que foi aquela que eu me esqueci naquela hora e lembrei agora e
2133pedi a gentileza do senhor Presidente de colocar e é a seguinte: vi que alguns pontos
2134que vocês estão solicitando de correção da tabela é assumindo o valor de
2135homologação. Eu, sinceramente, enquanto consumidor, não consigo entender que um
2136carro que vá se degradando, tudo nele você tem que ter manutenção e reposições e
2137nunca volta ao original, se fosse assim seria maravilhoso, se exigir de um carro uma
2138inspeção e manutenção, 8, 10 anos depois, que ele tenha o mesmo valor de
2139homologação e peço também uma observação nesse nível de coerência, visando o
2140direito do consumidor, que qualquer coisa que se imponha nessa ordem, significa,

143

144

145

2141 como a Patrícia colocou, vai retirar. Então me dê benefício para comprar carro novo. Eu
2142 também quero.

2143

2144

2145 **O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA)** – Gente, sim, mas nós não estamos
2146 fazendo essa discussão aqui. É isso que eu quero deixar claro. Eu acho que essa
2147 discussão é outra discussão. Gente, eu ainda tenho dragagem pela frente. Eu gostaria
2148 de enfrentar ela.

2149

2150

2151 **O SR. SOLON MAURO SALES FAGUNDES (FURPA)** – Senhor Presidente, realmente
2152 estamos de acordo com o encaminhamento. Vamos precisar, diante desse impasse,
2153 consultar, para qualquer deliberação, o nosso setor. Vai ser objeto de consulta, então o
2154 encaminhamento está correto. Eu só queria fazer um alerta aí, que é preciso fazer o
2155 exercício de uma terceira tabela aí, que eu acho que para negociar, para chegar à
2156 Plenária, ir lá lutar por uma tabela anterior, se já foi rejeitada, é complicado. Eu acho
2157 que é um bom exercício uma terceira tabela. É só a recomendação que eu deixo aí.

2158

2159

2160 **O SR. CLÁUDIO DARWIM ALONSO (Governo do Estado de São Paulo)** – Eu entrei
2161 em alguns aspectos técnicos que foram tocados e para esclarecer porque São Paulo
2162 teve uma posição e ela não foi irresponsável. Ela é baseada, basicamente, nos dados
2163 de veículos já desgastados que passaram por um processo de inspeção. Só para
2164 esclarecer, não vou entrar em detalhes em relação a isso. O que eu acho é o seguinte:
2165 existe uma diferença de posição quanto a... Digamos, a numerologia entre alguns
2166 setores e outros setores. Eu não acho... Primeiro, eu não gostei do processo, Volney.
2167 Eu fui até procurar no próprio Regimento. Ele não permite que nós façamos isso de
2168 forma clara, não. nós sabemos muito bem que em termos de público, o que não é
2169 permitido, é proibido. Então ele não permite que nós façamos, de forma clara e cabal
2170 não permite. Vamos pegar o Regimento, se for o caso, e vamos ler. De qualquer forma,
2171 me chocou o seguinte: que nós batemos muito e a Patrícia fomos bastante parceiros
2172 nisso, quanto aos procedimentos de apresentação de propostas no novo Regimento.
2173 Ele tem um rito um pouco mais complicado do que o atual, para dar um pouco mais de
2174 seriedade em algumas coisas, não digo nessa, em algumas coisas que acontecem. O
2175 que mais me chocou realmente foi isso. Nós não nos recusamos a discutir. Não. Sob
2176 hipótese alguma. O que me chocou foi o procedimento. Acho que ele deve ser
2177 apresentado à Plenária. Eu acho que a Plenária não vai rejeitar que se faça essa
2178 discussão e eu, até por um problema de agilidade, eu faria o seguinte: ao invés de ficar
2179 apenas e tão somente comentando com alguns setores, eu acho que deveria fazer uma
2180 rediscussão técnica com São Paulo, que fez a proposta original para ver se tem um
2181 acordo. Em que pese eu entender razoavelmente bem do assunto, eu me sinto às
2182 vezes tolo, porque eu acho que o especialista é especialista e não quem se diz
2183 especialista e acontece muito em Grupo de Trabalho aparecer lá uns caras que estão
2184 chutando, que estão se dizendo especialistas. Eu não me sinto confortável. Eu acho
2185 que seria muito mais fácil nós fazermos uma reunião técnica, um grupo de técnico de
2186 São Paulo, tentando, eventualmente, eliminar algumas barreiras existentes e propor, na
2187 próxima Plenária, a rediscussão do assunto. Eu me esforçaria para que este pedido

146

147

2188fosse feito em pedido de urgência, não por nada, mas principalmente para que se
2189evitasse pedidos de verificação, pedido de vistas. Eu sugeriria que São Paulo tomasse
2190até essa iniciativa. Não sei se vão conseguir, mas... Você não fala que são duas
2191reuniões? Fatalmente será? Se não, fatalmente nós vamos pedir vista na primeira... Eu
2192acho que é mais fácil nós tentarmos um acordo de imediato com uma reunião técnica
2193com São Paulo e os discordantes, sejam quem forem, tentar fazer um ajuste... Como
2194encaminhamento, na próxima reunião do CONAMA, nós... Eu acho que a própria área
2195técnica...ABRASIP e tal, poderia apresentar na Plenária, nós apresentaríamos um
2196pedido de urgência e na segunda nós mataríamos, mas eu gostaria... Às vezes eu falo
2197de uma forma um tanto quanto exaltada, mas eu sou um cara muito conciliador. Eu
2198gostaria que nós tentássemos conciliar com algum eventual ponto de discordância. Eu
2199acho que esse procedimento: nós entraríamos com uma discussão técnica que não foi
2200feita aqui e teria a vantagem de garantir a aprovação e teria a vantagem de pelo menos
2201os técnicos tentarem se entender antes.

2202

2203

2204**O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA)** – Existe uma proposta do Dr. Alonso no
2205sentido de que o encaminhamento... Encaminhamento objetivo do Dr. Alonso é o
2206seguinte: que se houvesse ou não... Eu acho que essa questão seria até... Para a
2207Câmara Técnica a melhor coisa do mundo que existe é isso. Todo mundo conversar
2208antes de chegar na Câmara Técnica. Eu sou dessa linha. Acho interessante. Agora, eu
2209digo que se nós podemos construir aí, mas nós temos que construir um acordo nesse
2210processo para tentar votar até o final do ano, porque essa é uma questão importante.
2211Nós não podemos deixar entrar em vigência algo que tem essa dimensão. Se for
2212realmente essa questão, que me traz o IBAMA e o Ministério do Meio Ambiente.

2213

2214

2215**O SR. MÁRCIO BERALDO VELOSO (IBAMA)** – Desculpa lhe interromper, Presidente.
2216Nós do IBAMA temos recebido reclamações e muita consulta de fabricantes de veículos
2217que tiveram os seus veículos homologados e que hoje, apesar de que curiosamente o
2218veículo está com 1 ano de fabricado, já está em inspeção veicular, deveria ser pelo
2219menos 3 anos, mas de qualquer forma, estes veículos estão hoje sendo reprovados. Os
2220veículos foram fabricados no ano passado, têm um pouco mais de um ano, foram
2221aprovados, homologados dentro do controle de emissões estabelecidos hoje em
2222regulamento e estão sendo reprovados nos Programas de Inspeção Veicular, porque os
2223programas de inspeção veicular, por exemplo, automóveis, estabelece um limite
2224máximo de 0,3% e o veículo está apresentando 0,4 e ele foi homologado com o limite
2225abaixo de 0,5. Então a questão é um pouco mais... Já tem veículo hoje acontecendo
2226isso. Eu não estou aqui para defender indústria, mas é uma situação de... O
2227regulamento de inspeção veicular hoje está colocando uma situação que está
2228colocando em cheque a homologação.

2229

2230

2231 **O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA)** – O problema é o seguinte: essa questão
2232 chegou hoje na Câmara Técnica. Objetivamente nada garante que nós vamos votar
2233 isso na próxima reunião. Então eu estou sendo muito pragmático, porque nós nos
2234 estressamos aqui e não chegamos a lugar nenhum no final e chega, às vezes, na pior
2235 solução. Ao invés de nós puxarmos para o mesmo lado, fica cada um puxando para um
2236 lado. Então objetivamente a nossa visão é a seguinte: objetivamente, a não ser que
2237 haja uma decisão do nível mais alto político, você não tem como aprovar isso, porque
2238 não tem como garantir que alguém não vai pedir vistas na próxima reunião. Eu até
2239 posso definir que eu vou chamar uma extraordinária só para tratar disso. Podemos
2240 fazer isso. Agora, essa é uma decisão que está além desse espaço aqui. O que nós
2241 estamos tentando organizar aqui é esse processo da seguinte forma: quer dizer, nós
2242 estamos tentando amadurecer essa questão para tentar levar na próxima Plenária e
2243 apresentar na próxima Plenária a questão e dizer: houve esse problema e estamos
2244 trabalhando nele e estamos pedindo urgência porque essa questão realmente tem
2245 relevância e se for um caso, nós podemos até dizer que vai chamar uma extraordinária
2246 para tratar disso, mas não posso trazer para dentro da Câmara Técnica uma
2247 responsabilidade para quando não tem autoridade. É isso que eu estou querendo
2248 compatibilizar. Nós não podemos achar que nós vamos, só pela nossa vontade,
2249 entender que nós vamos fazer do jeito que nós queremos. Tem um Regimento, tem
2250 uma forma de fazer isso e existem outras formas de tratar a questão no nível político.
2251 Aqui nós não vamos tratar sobre essa perspectiva. Eu consulto aos senhores membros
2252 da Câmara no sentido de nós adotarmos aquela abordagem sugerida pelo Dr. Cláudio
2253 Alonso, no sentido de nos... E aí o Ministério do Meio Ambiente fica com essa
2254 incumbência de chamar essa reunião técnica e aí eu acho que poderia convidar os
2255 próprios membros da Câmara para que, se eles não estiverem presentes, que mandem
2256 representantes, porque tem que ter um grau de institucionalidade essa discussão,
2257 porque nós estamos delegando para essas pessoas uma responsabilidade que eu
2258 gostaria de ter um informe na próxima reunião da Câmara Técnica em agosto como
2259 isso está progredindo, no sentido de que nós nos preparemos realmente para entrar na
2260 Plenária, apresentar essa questão, dizer que nós estamos trabalhando e, antes disso,
2261 fazer uma série de contato com setores que estão presentes no CONAMA. Podemos
2262 trabalhar assim? O Ministério do Meio Ambiente chamará essa reunião dentro dos
2263 próximos 15 dias? Porque nós temos aí um... Antes da próxima reunião da Câmara
2264 Técnica... Depois do dia 10. O que eu gostaria é o seguinte: que essa reunião
2265 acontecesse antes da reunião da Câmara Técnica, que vai ser provavelmente na
2266 primeira semana de agosto. Porque nós precisamos fazer essa avaliação entre nós
2267 aqui, no nosso âmbito, dentro da nossa autoridade, porque também não podemos
2268 extrapolar. Se o caso for realmente de outra magnitude, vai tem que ser tratado com
2269 essas outras esferas. Pode ser assim? Temos acordo? Ok. O Ministério do Meio
2270 Ambiente vai chamar essa discussão, nós vamos discutir e trabalhar no sentido de
2271 pedir urgência para esse processo na reunião de agosto da Plenária do CONAMA e nos
2272 esperamos que, digamos assim, trabalhemos isso de uma forma muito consistente,
2273 porque nós não podemos correr o risco de um Programa de tal responsabilidade nascer
2274 com um nível de conflito grande que leva depois a que nós não consigamos
2275 implementá-lo. Descrédito do CONAMA. Então eu acho que temos que ter muito
2276 cuidado. Podemos dar esse encaminhamento? Obrigada. Vamos para o último ponto.

154

2277 Dragagem. A palavra para o Dr. Solon. Um ponto de pauta só, que ontem, no início da
2278 reunião, o Dr. Alonso estava na reunião e foi feita uma observação...

2279

2280

2281 **O SR. SOLON MAURO SALES FAGUNDES (FURPA)** – Eu confesso que nós
2282 retomarmos trabalhos, revisar resoluções, realmente é bastante problemático e esse é
2283 um acaso. Mas é um caso de um processo que já demandou bastante trabalho,
2284 bastante recursos. Todo o ano passado... Essa Câmara Técnica teve apresentação do
2285 resultado do Grupo aqui. Foram colocados problemas de que a 344 não teria problema
2286 só em uma revisão de tabela, não seria só necessário... Foi colocado em um Grupo de
2287 Trabalho, que, apesar dos problemas que teve de coordenação, mas ele trouxe um
2288 produto para essa Câmara Técnica e depois seguiram-se os debates. Na reunião de
2289 novembro nós definimos a continuidade. Essa Câmara Técnica aprovou a continuidade
2290 dos trabalhos. Havia as propostas: 1 ano, 2 anos. E segundo consta a Resolução aqui,
2291 na Plenária ficou 2 anos. Na mesma oportunidade foi colocado já, apareceu um outro
2292 ator nesse sentido, que se apresentou hoje, a SEP. Então criada a SEP, se apresentou
2293 como um novo ator no processo, que é bem-vindo. Agora, no nosso entendimento, não
2294 pode ser o condutor do processo, um processo que já estava em andamento dentro do
2295 CONAMA. Mas claro que terá, até com a proposta de outra consultoria, de outra parte,
2296 que, no caso, a COP, trazer subsídios ao Grupo, que serão bem-vindos. Então, o
2297 nosso encaminhamento que nós gostaríamos de fazer à Câmara Técnica, que
2298 reagrupasse, rearticulasse novamente o GT, conforme a deliberação já dessa Câmara
2299 Técnica, já que agora nós temos a publicação em fevereiro, já temos 4 meses perdidos
2300 do prazo para que se comece os trabalhos, se debata os assuntos e, no decorrer
2301 desses trabalhos, se junte aos trabalhos da SEP, que a SEP ali, pelo que foi feito
2302 exposição hoje, não vai só se preocupar com essa questão. Ela tem muito abacaxi para
2303 descascar pelo visto, pelo que foi colocado ali. Nós gostaríamos muito que no âmbito
2304 do CONAMA se desse o encaminhamento devido que já foi decidido aqui, com relação
2305 à continuidade dos trabalhos do GT. Tem que reformular, tem setor menos
2306 representado, tem predominância de um setor, tem algum... E vamos resolver então.
2307 Vamos negociar e conversar isso aí. Agora, o que nós pode é nós decidirmos uma
2308 coisa e ficar parado, o assunto ficar parado. Então era essa a nossa proposta para a
2309 Câmara Técnica, independente de uma ação do governo, que é bem mais abrangente,
2310 mas nós gostaríamos de resolver os problemas afetos no âmbito do CONAMA.
2311 Obrigado.

2312

2313

2314 **O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA)** – Obrigado, Solon. Eu não sei se todos têm
2315 ainda em mente que diz a Resolução 421, de 03 fevereiro, mas eu só queria chamar
2316 atenção que no art. 1º, o que ela diz claramente é o seguinte: o CONAMA procederá
2317 revisão parcial ou total da Resolução de 344, de 25 de março de 2004. Parágrafo único:
2318 A Câmara Técnica de Controle de Qualidade apresentará ao Plenário do CONAMA, no
2319 prazo de 24 meses, proposta de revisão da Resolução 344, de 25 de março de 2004. É
2320 isso que está escrito na Resolução, ok? Eu só estou chamando a atenção para que nós
2321 tenhamos em mente o que está escrito na Resolução, que esse é o comando do
2322 Plenário.

2323

155

156

157
2324

158
159

2325 **A SR^a. PATRÍCIA HELENA GAMBOGI BOSON (CNT)** – Só recuperando, começando
2326 por essa questão da Câmara Técnica, ela nem se refere a Grupo de Trabalho. A
2327 Câmara Técnica que está com o mandato de olhar essa revisão. A primeira coisa que
2328 eu queria dizer, que realmente o Grupo de Trabalho trabalhou bastante e um dos
2329 motivos até porque ele trabalhou bastante é porque ele extrapolou o escopo do qual a
2330 Câmara Técnica o contratou. Então a primeira questão é essa, quer dizer, ele
2331 extrapolou e por isso é que deu tanto trabalho, porque se tivesse se atido ao que a
2332 Câmara Técnica determinou, que era fazer aquela tabela, ele resolveria o problema em
2333 duas reuniões, no máximo. Isso nós não podemos esquecer. Tem essa história. Outra
2334 coisa que nós não podemos esquecer, porque ele extrapolou, porque reuniu muita
2335 gente, realmente ele trouxe resultados interessantes. Ele falou, ele colocou um alerta
2336 sobre uma série de outros pontos que precisariam ser melhorados e nós não podemos
2337 simplesmente fingir que não aconteceu, tanto não, que o próprio Plenário autorizou
2338 essa Câmara a trabalhar o tema no prazo de 2 anos. Esse é um ponto. Segundo ponto,
2339 eu acho que o Solon diminuiu um pouco o papel da SEP nesse processo. Ele não é só
2340 mais um ator que vai ajudar, não. Ele é o ator, porque ele não tem só um monte de
2341 coisa para fazer. Ele tem um Plano Nacional de Dragagem. O CONAMA erraria
2342 absurdamente se desse continuidade a um trabalho sem saber qual é a política pública
2343 que está sendo delineada para esse tema. Existe uma política pública sendo delineada
2344 para esse tema e política pública chama-se Plano Nacional de Dragagem. Então, quer
2345 dizer, ninguém que está ali participando do GT e eu me incluo como CNT, é mais
2346 importante do que quem conduz o Plano de Dragagem, então não são eles que têm
2347 que vir a nosso reboque. Infelizmente não é. Nós que temos que ir ao reboque deles,
2348 até porque um Plano Nacional de Dragagem pode sair via lei, pode sair via decreto e a
2349 Resolução do CONAMA perderia todo o valor, mesmo que nós não cumpríssemos esse
2350 prazo de 2 anos. Eu me lembro muito bem que essa discussão do prazo de dois anos,
2351 nós não íamos nem por prazo. Foi até uma insistência sua colocar prazo na época.
2352 Você que insistiu. Pode recuperar. Nós não íamos por prazo, porque nós tínhamos essa
2353 certeza de que não adiantaria nada nós fazermos se nós não tivéssemos uma política
2354 pública caminhando junto conosco e aí eu me coloco aqui como o setor privado. Eu não
2355 posso ter duas regras feito aconteceu agora: uma de homologação e outra de inspeção
2356 para mim, sobre mim. Eu preciso de uma única regra, quero participar dessa regra. Foi
2357 a nossa insistência com o Antônio Maurício, dele ir lá na CNT, expor o que ele está
2358 pensando para nós podermos participar junto, mas eu não posso fazer. Meu
2359 encaminhamento para esse tema é que, num prazo razoável, a SEP retomasse aqui e
2360 nos apresentasse o Plano Nacional de Dragagem, o que é, porque ele falou que isso
2361 está mais ou menos pronto, está quase pronto, enfim. Eu ouvi isso aqui dele. Que ele
2362 venha aqui e nos apresente esse Plano Nacional de Dragagem. Nós temos os
2363 resultados que o GT apontou, está lá muito bem postos os resultados. Vamos ver até
2364 que ponto uma coisa está compatibilizando com a outra e depois nós decidimos sobre a
2365 continuidade do tema nessa Câmara. Para mim o GT encerrou. Nós demos
2366 encerramento ao GT. O GT não está em suspensão. Está encerrado. Ele encerrou o
2367 problema. O que nós vamos decidir aqui nessa Câmara é se essa Câmara vai debruçar
2368 ou não sobre o tema, seguindo as orientações do Plenário aí vai formar GT ou não vai
2369 formar GT. Isso é um pressuposto. Nós estamos com essa mania de achar que todo
2370 assunto tem que formar um GT. Não. Se estiver madura aqui dentro uma proposta, não
2371 precisa chamar especialista para nada. Já temos plena consciência, maturidade para

2372decidir aquele tema. Fico com medo de nós estarmos colocando num patamar não
2373compatível com a instância definida que é o GT como se ele é que fosse o protagonista
2374de uma história. O GT encerrou os seus trabalhos, ele não existe mais, ele está
2375encerrado igual esse que nós acabamos de encerrar aqui porque concluiu o que tinha
2376para fazer. O trabalho está encerrado. O tema está na pauta por uma determinação do
2377Plenário que deu prazo de 2 anos para debruçar sobre o assunto e tem não mais um
2378ator, mas tem um ator importantíssimo aí, que é uma política pública sendo desenhada
2379para esse tema. Então retomando, eu gostaria de, numa próxima reunião, já que já está
2380pronto, a Secretaria apresentasse esse Plano, todos os membros dessa Câmara
2381lessem de novo os resultados que o Grupo de Trabalho apresentou, vamos ver a
2382compatibilidade das coisas e ver como nós vamos encaminhar a revisão da Resolução,
2383conforme nos deu mandato o Plenário, diante desse cenário novo. É isso que eu
2384gostaria de por.

2385

2386

2387**A SR^a. CARMEM LÚCIA VICENTE NÍQUEL (CONFE/RS)** – Em continuidade à
2388colocação da Patrícia, pergunto se não seria o caso de já solicitar essa apresentação
2389do Programa Nacional de Dragagem, no que ele atende e no que diverge da Resolução
2390344.

2391

2392**O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA)** – Eu vou fazer só um esclarecimento,
2393porque eu estou vendo algumas observações que eu acho que talvez a questão não
2394seja bem essa. O que acontece? Até a questão de revisão total ou parcial. O que é
2395revisão parcial, na minha leitura? a revisão parcial é tratar da questão dos parâmetros
2396da tabela. A revisão total, o que é? É trabalhar ela dentro de uma visão mais de
2397procedimentos, principalmente para licenciamento. O foco foi muito do licenciamento. O
2398que acontece? O Plano de Regularização Ambiental Portuária está trabalhando um
2399Decreto que vai justamente trabalhar a questão de relacionados à regularização de
2400portos. Então é muito difícil eu começar a discutir procedimentos se eu não souber o
2401que vai dar nesse Decreto e acho que tem uma precedência nessa discussão, que essa
2402discussão do Plano Nacional de Regularização. Me desculpa, mas ela tem precedência
2403sobre a discussão de uma revisão d a344 sob os aspectos de procedimentos. Outra
2404questão é o seguinte: os dados que estão sendo sistematizados e eu acho até que nós
2405temos que acompanhar esse processo, esses dados, pelo que o Antônio Maurício
2406informou hoje, eles devem estar concluindo essa análise para o final do ano. Então eu
2407fico vendo: de qualquer forma, se nós formos trabalhar uma Resolução para
2408procedimentos de licenciamento, é interessante ver o que esse Decreto está
2409avançando, porque muitos atores são atores federais que têm que ser articulados
2410nesse processo e com o comando federal cumpre um grande trabalho que muitas
2411vezes cabe ao licenciamento fazer a coordenação da política, porque a política não se
2412coordena, não cumpre o seu papel e é isso que nos vemos dentro dos portos. Você tem
2413esse problema de às vezes competência: tem coisas que são dos estados, têm coisas
2414que são do Governo Federal. Os terminais ficam com os estados, os portos. Como nós
2415começamos diminuir o tamanho desse problema para tratar o que dá para tratar em
2416uma Resolução? Então eu fico vendo: nós temos uma limitação, porque você tem um
2417plano que eu acho que nós temos que saber como esse negócio vai avançar e eu acho
2418que nós temos que chamar a Câmara Técnica para informar sobre o Plano de

2419Regularização Ambiental Portuária e também chamar sobre a questão dos estudos aí
2420de sistematização da base de dados, até para nós vermos o que é isso. Eu não li o
2421termo de referência. Eu acho que aqui até teve uma vez durante aquela discussão do
2422GT, o pessoal apresentou o que era o termo de referência. Eu só levantei essas
2423questões porque eu vejo que tem várias ações andando que não me parece que o
2424papel da Câmara Técnica seja de coordenar essas ações, que acaba caindo para cá
2425um peso político e aí é minha crítica que eu tive a discussão do outro GT, que nós
2426viramos não uma Câmara Técnica, mas um fórum de coordenação política da questão
2427portuária, porque todas essas questões vieram para cá. Eu sinceramente, meu colegas,
2428nós não temos condições de assumir essa responsabilidade. Por isso que foi
2429importantíssima a presença da Secretaria de Portos hoje, porque a responsabilidade da
2430política setorial é dela, assim como a área de energia tem que levar para dentro dela a
2431questão ambiental, a área de portos tem que levar, a área logística tem que levar e
2432assim por diante. Esse é dos próximos 30 anos. Nós não podemos continuar achando
2433que nós vamos coordenar tudo a partir do licenciamento. Então eu acho que esse é um
2434cuidado que dialoga um pouco com as questões que a Patrícia e a Carmem trouxeram,
2435que eu queria trazer para sua consideração.

2436

2437

2438**O SR. SOLON MAURO SALES FAGUNDES (FURPA)** – Ok. Eu só estou preocupado
2439com a memória das nossas decisões. Essa é a questão. Primeiro lugar, o prazo que foi
2440dado na reunião de novembro, a dúvida era só 24 ou 12 meses. Passou pela Câmara
2441Técnica de Assuntos Jurídicos, virou 12 meses e na Plenária ficou 24. Aí não foi...
2442Tinha um prazo sim a Resolução, foi trabalhar nesse sentido. Também bem claro que
2443nós deliberamos aqui, até antes de novembro, que o trabalho do Grupo estava
2444encerrado. Não tem dúvida nenhuma. O que nós discutimos realmente era a
2445continuidade dos trabalhos, aproveitar o que tinha sido feito e o que precisava para ser
2446caracterizado na área ambiental. Então precisaria um novo GT com novas pessoas.
2447Isso ficou bem claro. Não é retornar o antigo, é um novo GT, mas com continuidade
2448dos trabalhos. Foi colocado na reunião de novembro também essa questão de colocar
2449a ação da SEP em série com o processo. Nós estamos aqui debatendo Política
2450Ambiental. Eu acredito que o problema da SEP é bem mais abrangente. Nós somos
2451apenas uma partezinha. Agora aparece um Plano de Regulamentação Ambiental. agora
2452eu vi o nome, ambiental. Isso aí era para sair do Ministério do Meio Ambiente então e
2453não da SEP... Porque vai depender de mecanismos da área de meio ambiente para
2454criar isso aí, para fazer. Ele deixou bem claro também hoje que a questão ambiental
2455dele envolve a segurança e saúde do caso da área. Então o que eu coloquei é bem
2456mais abrangente. Então continuo achando que não é trazer trabalhos da SEP para cá,
2457mas é o CONAMA continuar com seu trabalho da área ambiental nesse aspecto que é
2458carente e que tem uma demanda da sociedade, embora seja no meio acadêmico, no
2459meio da sociedade civil, mas tem e essa proposta foi colocada pela sociedade civil. Eu
2460acho que não pode menosprezar isso aí. O nosso pedido, concordamos que é um novo
2461GT, mas essa Câmara Técnica decidiu tudo isso. Nós estamos rebobinando um
2462assunto que nós já tínhamos decidido. O ator, a SEP, não pode ser colocada em série
2463para todos os trabalhos aqui no CONAMA, da área ambiental, para esperar um plano,
2464que até não se tem muita confiança nesses prazos. Veja bem: nós estamos no ano
2465eleitoral. Ano que vem muda o Governo. Mesmo que ele fique com o mesmo partido,

2466 nós temos outra indicação, mudam águas pessoas. Será que as prioridades vão ser as
2467 mesmas? Será que não vai atrasar e nós vamos ficar com esse trabalho parado aqui?
2468 Será que esse Plano não vai mudar de nome e não vai ser outra...? Então nós temos
2469 que continuar o nosso trabalho. Essa é a nossa proposta. Nós temos que ter um
2470 horizonte. Eu gostaria que esse tema, se não está maduro agora, entrasse na pauta da
2471 próxima reunião da Câmara Técnica para nós definirmos alguma coisa, mas que todos
2472 os conselheiros vissem que nós já decidimos muito sobre esse tema e não andamos
2473 nada. Então é isso que nós gostaríamos de analisar.

2474

2475

2476 **SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA)** – Eu acho que nós já estamos nos
2477 encaminhamentos. Há um encaminhamento do Solon no sentido de pautar uma
2478 próxima reunião uma discussão sobre criação de GT e aí nós temos que ver o que seria
2479 o GT e eu acho que houve um encaminhamento por parte da Patricia no sentido de que
2480 se chamasse a SEP em algum momento que nós podemos até definir para relatar
2481 sobre a questão do Plano de Dragagem e para relatar sobre o Plano de Regularização
2482 Ambiental Portuária, que são as duas questões que dialogam, até porque nós não
2483 sabemos como essa interface, que é uma ação federal, dialoga com a questão dos
2484 estados também, que vão pegar mais os portos marítimos nesse processo da SEP. Nós
2485 também temos problema nos portos nos estados, supõe-se. Então são esses dois
2486 encaminhamentos aqui para deliberarmos. Eu gostaria... Se tem mais alguma outra
2487 alternativa.

2488

2489

2490 **SRª. CHRISTINA ELIZABETH PAES DE VASCONCELOS (MME)** – Solon, eu vou
2491 concordar com a Patrícia, porque veja só: nós vamos demandar uma (...) aqui antes de
2492 saber o que está saindo de política pública. É lógico que quando as pessoas estão
2493 construindo uma política pública, eles vão chamar, em algum momento, talvez na parte
2494 inicial não, mas mais para o final, as pessoas que estarão ali vivendo aquele segmento.
2495 Assim que se fala. Então nós começamos aqui a trabalhar, lá está trabalhando, lá pode
2496 sair por um Projeto de Lei ou um Decreto. Acredito que seja para sair mais rápido, deve
2497 ter sido... Acho que vai ser uma opção o Decreto e aí, o que acontece? Se aqui tiver
2498 num nível diferente de lá, não vai dar certo e aqui nós gastamos um tempo. Então nós
2499 temos que dar esse grau de confiança no trabalho que está sendo elaborado, buscar,
2500 como vocês colocaram, chegar até ele, as confederações, os estados, municípios,
2501 participar, em algum momento lá, de seminário, de reunião, seja lá o que for e aí
2502 esperar esse momento, porque senão nós vamos começar aqui, vamos dizer, trabalhar
2503 (...) e não sei mais o que e depois vai ser uma coisa que de repente não vai cruzar. Eu
2504 penso isso.

2505

2506

2507 **SRª. PATRÍCIA HELENA GAMBOGI BOSON (CNT)** – Só para acrescentar o
2508 encaminhamento. Primeiro, só esquecer essa questão de prazo. A Câmara aprovou o
2509 prazo. O que eu quis dizer é que nós do setor empresarial não queríamos prazo. Foi
2510 você que nos convenceu e convenceu a Câmara de ter prazo. É só isso que eu quis
2511 dizer com relação a prazo. A Câmara aprovou prazo. Eu que achava que não deveria
2512 ter prazo, junto com o voto da CNI, nós achávamos que não deveria ter prazo. É só
2513 esclarecer em relação a isso. Segunda coisa que eu queria dizer é que quando você

2514fala que o Plano Nacional de Regulamentação é muito amplo, você está esquecendo
2515tem um específico, que chama Plano Nacional de Dragagem. Não há como você
2516debruçar se a 344 atende ou não atende, se precisa ser revista toda ou parcial sem
2517escutar esse Plano Nacional de Dragagem. É impossível. Eu não consigo nem entender
2518porque você não entende. Tem um Plano Nacional de Dragagem que não é um trem
2519amplo, que nem a saúde. É específico. É Plano Nacional de Dragagem. Então nós
2520temos que olhar ele antes de fazer qualquer coisa. Meu encaminhamento e eu
2521acrescentaria ao encaminhamento posto, inclusive copiando aí da Carmem, o primeiro
2522é que a SEP fizesse um rebatimento entre o Plano Nacional de Dragagem e o que está
2523hoje na 344. É mais ou menos o que a Carmem colocou para saber, inclusive nos dar
2524um direcionamento no sentido de quão ampla seria essa nossa revisão ou não
2525precisaria dessa revisão. É só para ouvir a SEP. Não é ela que vai definir se precisa ou
2526se não precisa. Diante do Plano Nacional de Dragagem que ela está construindo, faça
2527um rebatimento no que tem hoje na 344 e faça uma análise de quão amplo, na visão
2528dela, única e exclusiva, tem que rever ou não tem que rever. É um ator importante e
2529nós queremos ouvir esse ator. Esse é o primeiro ponto. O segundo ponto é um
2530encaminhamento à SEP dos resultados do Grupo de Trabalho para saber... Porque
2531como o Grupo de Trabalho realmente... Não é desprezar o que foi feito, porque foi feito
2532uma coisa muito boa, muito interessante, pegar aquele resultado que está aí posto,
2533público, basta ir na página, o resultado está lá, não foi retirado, mas encaminhar
2534informalmente à SEP e pedir para a SEP para, no Plano Nacional de Dragagem e numa
2535eventual avaliação do reflexo da revisão da 344, como ela enxerga aqueles pontos que
2536foram colocados para o GT. Diante desse corpo de informações, nós retomamos então
2537o assunto no sentido de vai fazer o que, como, que dia, que hora e de qualquer jeito,
2538porque são informações absolutamente relevantes nós não podemos fingir que não
2539está acontecendo, que não tem, que não... Não tem jeito de nós desconhecermos essa
2540questão que foi posta agora.

2541

2542

2543**O SR. ROBERTO ALVES MONTEIRO (SRH/MMA)** – Só gostaria de lembrar que nós
2544estamos fazendo política pública. Política pública para o meio ambiente. Eu concordo
2545com o encaminhamento da Patrícia. Podemos fazer sim, agora, desde que não se
2546perca tempo. Poderia ser agendado para a próxima reunião isso daí? Formalizar, já
2547pode formalizar de imediato. Já tem o resultado do Grupo de Trabalho e aí a SEP se
2548prepara...

2549

2550

2551**O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA)** – Nós vamos consultar a SEP.

2552

2553

2554**O SR. SOLON MAURO SALES FAGUNDES (FURPA)** – Fazer uma consulta.

2555

2556

2557**O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA)** – Eu acho que nós fizemos hoje aqui um
2558movimento de aproximação com eles e colocamos a Câmara Técnica à disposição e
2559eles se mostraram dispostos a vir aqui fazer uma interlocução conosco. Então eu acho
2560que o Adriano... Nós estamos... Está tudo registrado. Nós vamos preparar esse ofício

175

2561 aqui a partir da Câmara Técnica pedindo que envie essa informação, faça a análise e
2562 que possa vir até aqui apresentar essa análise num ponto específico. Nós colocamos
2563 na ordem do dia até para não ficar como informe e ficar mais firme na agenda. Eu acho
2564 que isso não tem problema. Agora, eu não tenho como dizer que em agosto a SEP vai
2565 ter feito isso aí.

2566

2567

2568 **O SR. SOLON MAURO SALES FAGUNDES (FURPA)** – A nossa proposta é que essa
2569 discussão não perca mais continuidade. Já não entrou na reunião de março, que
2570 deveria ter entrado. Que ela tenha continuidade. Essa é a nossa proposta.

2571

2572

2573 **O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA)** – A nossa intenção também, eu queria
2574 deixar claro com o Dr. Solon, que ela tenha continuidade e que ela é muito importante.
2575 Nós estamos fazendo todo um esforço para qualificar esse processo. Tanto é que hoje
2576 nós tivemos aqui mais de uma hora de discussão sobre essa questão portuária. O único
2577 problema é que às vezes nós pegamos questões por um aspecto só e nós não
2578 conseguimos integrar dentro de uma visão mais, vamos dizer assim, não só na
2579 temática, mas no tempo também, porque às vezes nós vemos que a 344 é de quando?
2580 2004 e muito do que a 344 propôs, nós não conseguimos avançar. E aí? Não é só uma
2581 questão da Resolução. Aí é como disse, esse aspecto de nós criamos força nessa
2582 articulação aí entre os estados, Governo Federal, os setores, setor empresarial,
2583 sociedade é parte disso. Então assim, eu fico vendo que eu sinceramente acho
2584 importante ter essa análise da SEP, porque se nós vamos melhorar alguma coisa na
2585 344, o que nós vamos melhorar? Porque a parte de parâmetros está sendo feito um
2586 estudo que não tem e a parte de licenciamento, quem tem que trazer essa visão, eu
2587 acho que num primeiro momento, é o próprio setor que está vivendo isso. Então nós
2588 estamos... Para nós vermos as diferenças, porque muito de toda a metodologia que nós
2589 temos trabalhado hoje, mais ou menos o setor de petróleo, o Elias tem acompanhado,
2590 nós temos trazido para o setor e tem sido muito interessante. O pessoal chega e faz
2591 certas críticas, mas na hora de encaminhar tem muita dificuldade de dizer como é que
2592 seria melhor. O setor de petróleo, a parte de dutos, por exemplo, nós tivemos uma
2593 discussão pesadíssima com o setor em relação a regularização de dutos e como nós
2594 poderíamos melhorar isso daí e essa é uma área que você conhece. Então assim,
2595 muitas vezes o próprio setor não traz as propostas, mas criticam. O licenciamento não
2596 funciona e nós não podemos trabalhar como se fosse uma responsabilidade só da área
2597 ambiental. Nós temos que fazer, até porque eles têm o melhor conhecimento técnico às
2598 vezes sobre o que eles fazem. Esse processo é um processo que eu fico vendo. Nós
2599 teremos muita limitação de fazer isso unilateralmente. Nós temos que trazer o setor
2600 para dentro dessa discussão. Nós já tentamos fazer isso uma vez e não deu certo. Nós
2601 avançamos, nós conseguimos... Eu acho que o relatório é muito interessante. Agora, o
2602 relatório precisa ser metabolizado, e não vai ter no âmbito da Câmara Técnica. Ele tem
2603 que ser metabolizado pelo próprio setor, pelos próprios atores e eu acho que esse
2604 indicativo que a Patrícia dá, faz com que nós valorizemos esse trabalho que foi feito
2605 dentro do Grupo de Trabalho, que dê visibilidade e cobre até do setor se está certo, se
2606 não está certo, nós temos aqui, tem consequência ou não. então assim, nós vamos
2607 fazer, eu acho, o maior esforço, falando aqui como Presidente da Câmara, no sentido

176

177

178

2608de articular a SEP para atender essas questões que foram postas aqui pelo
2609representante do CNT e vamos dizer assim, tentar pautar para a próxima reunião de
2610agosto. É esse o encaminhamento, Solon?

2611

2612

2613**O SR. SOLON MAURO SALES FAGUNDES (FURPA)** – Ok. Agora, uma preocupação
2614que surge na sociedade civil, como representante, é a questão que para nós, que está
2615de fora também, é a preocupação que de repente desses momentos políticos. Por
2616exemplo, a Secretaria, vai que ganha força e vai predominando. Aconteceu esse caso,
2617esquecemos ano passado, recente, a SEAP. Ela fez e aconteceu com relação à
2618legislação ambiental. porque tinha força, era prioridade de governo e agora parece que
2619está surgindo uma nova. Essa é a leitura que eu faço. Só queria deixar bem claro isso
2620como agente da... É uma leitura que nós fazemos e nós sabemos: todo processo tem
2621uma velocidade. Nós não podemos ser muito lentos em um determinado meio e nem
2622muito rápido no outro. Então o que tem de fundo é o nosso receio dessa questão, que
2623de repente o CONAMA... Ficou de lado e vai dar prioridade... É uma política de
2624governo, mas a sociedade tem que se manifestar com relação a isso. Essa é a nossa
2625temeridade.

2626

2627

2628**O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA)** – Nós entendemos e acolhe essa
2629preocupação. Nós entendemos que é fundamental que esse processo ande e ande
2630rápido e nós vamos fazer todo um esforço para que esse processo tenha consequência.
2631Então eu acho que tem mais alguma observação? Acho que nós já poderíamos fazer
2632alguma consideração final. Eu queria agradecer a presença de todos. Tivemos um
2633trabalho bem intenso ontem e hoje e retomamos então... A idéia é que nós tiremos
2634como indicativo... Vou ver ainda a primeira ou segunda semana de agosto.
2635Provavelmente na primeira semana. Eu devo definir isso ainda essa semana. Eu quero
2636já mandar para todo mundo, porque como é um mês só, é muito curto o tempo. Julho é
2637complicado. Então obrigado. Encerrada a 41ª reunião.

179

180